

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONOMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES E A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DE  
ORIGEM POPULAR NO ENSINO SUPERIOR

TATIANA DOS REIS CALIXTO

FLORIANÓPOLIS

2011.2

TATIANA DOS REIS CALIXTO

O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES E A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DE  
ORIGEM POPULAR NO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Del Carmen Cortizo.

FLORIANÓPOLIS

2011.2

TATIANA DOS REIS CALIXTO

O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES E A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DE  
ORIGEM POPULAR NO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: \_\_\_\_\_

**Profª. Drª. Maria Del Carmen Cortizo**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Departamento de Serviço Social

1ª Examinadora: \_\_\_\_\_

**Profª. Drª. Carla Rosane Bressan**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Departamento de Serviço Social

2ª Examinadora: \_\_\_\_\_

**Profª. Drª. Vânia Beatriz Monteiro da Silva**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Departamento de Ciências da Educação

FLORIANÓPOLIS

2011.2

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, em especial à minha mãe, que sempre me apoiou e acreditou no meu potencial, sem isso eu não chegaria aonde cheguei. Sua garra, vitalidade e alegria de viver sempre foram minha inspiração. Amo Vocês!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer a Deus, e a todas as forças dos orixás que me acompanharam nesse processo: Iemanjá, Iansã, Oxum, Ogum, Xangô, e todas as forças de aruanda.

A minha mãe Nilza Calixto, por acreditar em mim, por todo seu amor incondicional, por tudo, obrigada mãe.

Ao meu pai Calixto, por permitir que eu crescesse e acreditasse em mim, no meu potencial, e claro, por eu estás aqui.

A minha irmã, Maria Eugênia, por tudo: pelas incomodações, pelas “pegadas” no pé, por me irritares sempre, e principalmente, por ser minha irmã “mais velha”.

Ao meu cunhado Fernando, valeu pelas caronas, as risadas, as “rasgações”, valeu cunhado. Bem vindo à família. E claro, seu filho Guilherme, a Tatty te ama muito.

Meus tios maternos, em especial Rita e Zé pretinho, nem tenho palavras pra agradecer, realmente são minha família.

Meus tios paternos, em especial Marcos, obrigada pela alegria, os almoços na UFSC, o incentivo para eu continuar em minha caminhada. Neuza, minha madrinha de batismo, obrigada pelo dia de hoje, que está sempre melhor do que o ontem, você sabe o que estou falando. E Ana, pelo apoio nesta vida acadêmica e incentivo para continuar nela.

Meus familiares *in memória*: Vô Germano e Vó Maria Calixto, Vô Leonel e Vó Eugênia, meu padrinho amado Tinho, entre outros, sei que onde quer que vocês estejam, estão olhando por nós. Esse momento também é de vocês, principalmente pelo o quanto acreditaram em mim.

Meu sobrinho e afilhado Heitor (*in memória*), mesmo você não ter tido a oportunidade de viver conosco, sei que estarás de alguma forma pra sempre aqui. A tia te ama e te amará eternamente, meu anjinho de luz, e mesmo com apenas um dia de vida, você me ensinou mais do que vinte e sete anos da minha.

José Nilton valeu pelas conversas e risadas.

Professora Vânia Beatriz Monteiro, muito obrigada por sua preocupação, seu carinho e atenção, e principalmente por ter aceitado compor minha banca de avaliação, certamente ela terá outro significado!

Professora Carla Bressan, muito obrigada por ter aceitado compor minha banca, ainda mesmo durante a SEPEX, com certeza este momento será especial.

Professora Maria del Carmen, que neste processo foi professora, coordenadora e por fim orientadora, muito obrigada por ter aceitado o desafio deste TCC, e por este período no Conexões. Seu incentivo foi muito importante neste processo.

Minha galera do teatro: Fred Paiva, Andrei Santana, Renata Sagaz, Natália Sóro, Fernanda Modernel, Fernanda Peres, Juliana Aguiar, Luiz Carlos Junior, Diego Santos, Adalberto Junior, Lucas Coelho (se faltou alguém, sintase parte, ou faltará pagina para os agradecimentos) só posso dizer a vocês: SUUUUUUUUUUUUUUPA CAXARRAAAAAA!

Ao meu povo do Pré vestibular da Cidadania: Marlene e Cesar, que saudades; Shirley, Inocêncio, Fernanda Venina, Cleuse, Sérgio, Luciano, Ana Júlia, Kacilene, Fernando Trauer, Valkíria, Tatinha, Rodrigo, Patrícia e Paula, Ernani. Valeu galera, foram três anos e meio estudando pra realizar meu sonho, mas foram tempos de grandes mudanças, que me fizeram pensar na profissional que quero ser. Se faltou alguém, por favor, sintase contemplado.

Ao meu povo do Programa Conexões de Saberes, PET/Conexões e FEOP: Sandro, Danilo Bruno, Marcellly, Francisco Marcelo, Valcleiton Bispo, Fernanda Peres, Tiago Arruda, Márcia Valério, Gabriela Velozo, Pri Sartori (apicaa), Clóvis, Monique Melo (amiga de faculdade que me indicou o PCS), Robson (obrigada pela força e as palavras de incentivo), Danuza, Júlio Gabriel, Amanda, Simara (minha flor), Michel (docinho), Rodrigo Faria (espelho-me na tua determinação), Fabiano, Janaína Vieira (minha amiga guerreira), Janaína Petersen (nossas lutas, nossas histórias e nossos almoços), Jéssica (meu eterno bebê) Daiana (amiga querida), Andréia (xuxu), Carlinha, Mariza e Adriana, Alexandre (Alê, nosso ponto turístico em São Luiz/MA), Juliana (uma história maravilhosa de vida e garra), Mariane, e outros tantos companheiros encontrados nessa longa

história, vivida em quatro anos, aos demais companheiros, sintam-se contemplados nesse momento.

Aos nossos coordenadores queridos: Gilson Braviano, Maristela, Corina, Heliete (não é coordenadora, mas sem seu auxílio, a coisa ia pesar), Rosana (com suas palavras de incentivo, cheguei à Bahia).

Rafael Rodrigo Burato: o que falar “mano”? Foram tantos momentos, tantas palavras que é difícil sintetizar em agradecimentos. Você falou que eu chegaria aqui, e cheguei. Muito obrigada por estares ao meu lado nos momentos complicados. Passamos uma borracha na parte que deve ser esquecida. Sucesso onde quer que estejas.

Grupo NEPE: Marcelo Cafrune, Vivian, Luiz Otávio, Fernandinho, Tácio, além dos outros companheiros de estrada, obrigada pela vivência, e por terem me proporcionado alguns ERAJU’s e ERENAJU’s. E com isso, conhecido grandes figuras como Mariana Reis, Joice de Paula, Pauleo, Luíza, Lelo, Stacy. Foram demais!

Ao grupo do Programa de Ações Afirmativa: Corina, Cristiane, Thais Amado, Daniela, Gabriel, Bibi, Gisele, entre outros tantos que conheci nesta caminhada.

A Paulo Dantas, por um período de grandes reflexões, e pelo auxílio no projeto de TCC, sem esse momento acredito que não haveria “lapidado” as primeiras idéias.

Meus amigos queridos, que vieram lá do outro lado do oceano, de um continente na qual eu tenho grande paixão, mesmo sem ter conhecido (ainda), apenas sua alegria (África – Moçambique, Angola, Guiné Bissau): Joel (meu amigo querido e amado), Deborah Douline e Sandrá, Vó Luíza (coisa fofa), Iva, Paloma, Vanuza, Rose, Artemisa e Tainá, Manecas, Carla, Simone, valeu pelas festas, conversas, cafés no Assim Assado. Aqui meu especial agradecimento a Afonso, por nossos cafés, nossas histórias, almoços, carinho e cuidado, esse período foi, é e será “bacaníssimo”!

Minha amiga (irmã) querida Simone Igino da Costa, agora em nova fase como Simone Costa, obrigada pelos momentos de alegria, minha irmã de alma, valeu pelos festivais de Sushis, algumas alegrias que só o Campeche tem, e por me apresentar tuas duas famílias: Casquinha,

Nina, Patrícia, Marciele, Mariele, José, Edenilson, e : Dona Neuza, Seu João, Bianca, Rebeca, Cláudio, Rayane. O carinho que eles têm comigo não é possível descrever aqui.

Adriano, meu babalorixá querido e amado, tão pouco tempo na tua casa, mas tanto de aprendizagem, carinho, amizade, que fazem não ter mais vontade de sair da tua casa. Quero ser eternamente sua filha de santo. Aos teus filhos de santo, em especial Sandrinha, que também foi de uma acolhida sem palavras.

As meninas do Serviço Social, que estiveram comigo e estão sempre: Karoline, Caroline, Gisele (minha irmã querida, sempre acreditei em você), Greici, Manu, Nicole (nossa defesa no mesmo dia e horário, isso não é por acaso), Maria José, Ceane. Ao menino Ricardo Valdameri, por todos os momentos de risada. A Rosangela Padilha e família, não tenho palavras de agradecimento para lhes dizer, o que colocar aqui ainda será pouco.

Fabrizio Lima e ROMA, amigo, que momentos interessantes passamos nesse processo. Só posso dizer muito obrigada por acreditar em mim.

Renata Lima e Roberta Lira. Aprendizado eterno com essas irmãs queridas. Roberta, não tenho o que dizer, nossos caminhos se encontraram quando tinha que acontecer.

Grace Izabele, o que falar de nossas discussões quanto à questão racial e ações afirmativas? Nossos almoços no RU, nossos papos na rua, foram momentos muito marcantes. Danuza, minha florzinha, muito bom ter conhecido você e claro, tua família, obrigada. Fábio, Amanda, obrigada.

Por fim, agradeço a todos que de certa forma contribuíram para minha formação acadêmica, escolar e vida. Meu muito obrigada por tudo!

## EPÍGRAFE

Música: **Um Sorriso Negro**

Dona Ivone Lara

Um sorriso negro  
Um abraço negro  
Traz felicidade  
Negro sem emprego  
Fica sem sossego  
Negro é a raiz de liberdade  
Negro é uma cor de respeito  
Negro é inspiração  
Negro é silêncio é luto  
Negro é a solidão  
Negro que já foi escravo  
Negro é a voz da verdade  
Negro é destino é amor  
Negro também é saudade

**LISTA DE SIGLAS**

ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
FNB	Frente Negra Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
NEPE	Núcleo de Educação e Práticas Emancipatórias
ONG	Organização Não Governamental
PET	Programa de Educação Tutorial
PROEXT	Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação
RUEP	Rede de Universitários de Espaços Populares
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEPPIR	Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial
TEN	Teatro Experimental do Negro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

## RESUMO

CALIXTO, Tatiana dos Reis. **O Programa Conexões de Saberes e a Permanência do Estudante de Origem Popular no Ensino Superior**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. 93f.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as formas como o Programa Conexões de Saberes se inseriu em universidades públicas, visualizando estudantes de origem popular como alvo de ações extensionistas no interior destas universidades, em especial a Universidade Federal de Santa Catarina. A abordagem metodológica é qualitativa, na qual foi realizada uma pesquisa bibliográfica em revistas eletrônicas, bem como publicações do respectivo Programa. Com o intuito de conhecer a voz do sujeito participante desta política, foram selecionados cinco livros numa série de trinta e dois (um de cada uma das cinco regiões do país) da coleção *Caminhadas de Universitários de Origem Popular*. O trabalho busca discutir não só o acesso ao ensino superior dos Estudantes de Origem Popular (EUOP), mas também sua permanência na universidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Programa Conexões de Saberes, Ações Afirmativas, Acesso e Permanência.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. O MOVIMENTO NEGRO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>17</b>
1.1. Um Breve histórico do Movimento Social Negro no Brasil.....	18
1.1.1. A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E O CONTEXTO EDUCACIONAL.....	21
1.2. O Contexto histórico das Ações Afirmativas.....	24
1.2.1. As Ações Afirmativas como política inclusiva para o acesso à educação.....	28
<b>2. O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES (DA RUEP AO PET/CONEXÕES – O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROGRAMA).....</b>	<b>37</b>
2.1. A REDE DE UNIVERSITÁRIOS DE ESPAÇOS POPULARES: O EMBRIÃO DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES.....	37
2.2.O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES: UMA AÇÃO AFIRMATIVA DE ESTADO.....	39
2.2.1. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior.....	43
2.2.2 Estruturação e funcionamento do Programa Conexões de Saberes.....	46
2.2.3. O Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal de Santa Catarina (PSC/UFSC).....	47
2.2.4. II Seminário Nacional do Programa Conexões de Saberes e o Fórum Nacional de Estudantes de Origem Popular (FNEOP).....	53
2.3. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET) CONEXÕES DE SABERES.....	55
<b>3. A VOZ DO SUJEITO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA DE ESTUDANTE DE ORIGEM POPULAR NO ENSINO SUPERIOR, A PARTIR DOS RELATOS DA</b>	

<b>COLEÇÃO CAMINHADAS DE UNIVERSITÁRIOS POPULARES.....</b>	<b>60</b>
3.1. Região Norte - <i>Memoriais</i> da Universidade Federal do Pará (UFPA).....	60
3.2. Região Nordeste – <i>Memoriais</i> da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).....	66
3.3. Região Centro-Oeste – <i>Memoriais</i> da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).	72
3.4. Região Sudeste – <i>Memoriais</i> da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).....	76
3.5. Região Sul – <i>Memoriais</i> da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

O debate acerca da questão racial passou a ser nosso foco de interesse durante o processo de graduação, iniciado no período em que participava do Núcleo de Educação e Práticas Emancipatórias (NEPE). A época os demais integrantes do projeto nos incentivaram nesse debate, uma vez sendo mulher, negra, estar nessas discussões seria fundamental, principalmente na formação acadêmica.

Neste sentido, as discussões referentes à políticas de Ações Afirmativas passaram a ser nosso foco de pesquisa, na qual, junto com alguns colegas, pudemos trazer essa discussão para a disciplina – Tópicos Especiais em Serviço Social – contemplando e demonstrando a pouca discussão existente em nossa formação acadêmica sobre esta temática. Com isso, o foco do debate para este Trabalho de Conclusão de Curso permeia as Ações Afirmativas, em especial a permanência no ensino superior de estudantes de origem popular.

A motivação para escolha do tema parte do envolvimento junto ao Programa Conexões de Saberes com a aproximação há três anos, a percepção de pouca publicação e invisibilidade do mesmo na universidade, bem como da importância do debate acerca da permanência no ensino superior de Estudantes Universitários de Origem Popular (EUOP).

Cabe aqui ressaltar que o Programa Conexões de Saberes não é exclusivo para a população negra brasileira, mas sim para todos os estudantes de origem popular que ingressam no ensino superior. Com isso, a discussão sobre o movimento negro é resgatada neste trabalho como subsídio para a discussão frente a implementação da Política de Ações Afirmativas no cenário educacional.

Esta pesquisa é relevante para o Serviço Social, tendo em vista que as discussões que permeiam a Extensão Universitária ainda são insuficientes, sendo esta uma prática importante no processo de formação acadêmica dos estudantes.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar as formas como o Programa Conexões de Saberes se inseriu em universidades públicas, visualizando estudantes de origem popular como alvo de ações extensionistas no interior destas universidades. Entende-se por ações extensionistas atividades aí desenvolvidas de cunho ao mesmo tempo acadêmico e social ou político direcionado para problemas que, comumente, são percebidos no universo exterior as universidades.

Para a metodologia foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, em artigos científicos em revistas eletrônicas como *scielo*, livros na biblioteca universitária da UFSC, bem como publicações do Programa Conexões de Saberes, no caso *Coleção Grandes Temas e Caminhadas de Universitários de Origem Popular*.

O Trabalho está dividido em três seções, sendo elas: O Movimento Negro e as Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro; O Programa Conexões de Saberes (Da RUEP ao PET/Conexões – o contexto histórico do programa; A Voz do Sujeito: Reflexões Sobre Histórias de Vida de Estudantes de Origem Popular no Ensino Superior, a partir dos relatos da *Coleção Caminhadas de Universitários Populares*.

A primeira seção, *O Movimento Negro e as Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro*, será realizado um resgate histórico do Movimento Social Negro com enfoque na educação, visando assim condições de acesso aos espaços pouco ocupados pela população negra, inclusive o ensino superior, bem como a luta histórica por igualdades de direitos historicamente negados por esta população. A relação com o Movimento Negro neste trabalho dá-se pela trajetória política pela implementação das políticas de Ações Afirmativas, foco do programa Conexões de Saberes.

Na segunda seção, *O Programa Conexões de Saberes a RUEP ao PET/Conexões – o contexto histórico do programa* faz um resgate da trajetória do Programa Conexões de Saberes, desde sua implemetação em duas universidades do Rio de Janeiro, denominada Rede de Universitários de Espaços Populares (RUEP), através do Observatório de Favelas. Posteriormente sua aproximação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, na qual o programa se expande em outras universidades, totalizando 32 instituições de ensino superior a atuarem com o referido Programa. E para finalizar, o Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes (PET/CONEXÕES), com a implementação da portaria nº 975/2009, na qual ao final do ano de 2010 as universidades que aprovaram seus editais passam a adotar esta modalidade.

Na terceira seção, *A Voz do Sujeito: Reflexões Sobre Histórias de Vida de Estudantes de Origem Popular no Ensino Superior* foi realizado pesquisa a partir dos relatos da *Coleção Caminhadas de Universitários Populares*, forma a conhecer as histórias dos estudantes nas cinco regiões do país. Foram selecionados os livros da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do

Espírito Santo e Universidade Federal de Santa Catarina. Com isso, foram extraídos três relatos por livro, possibilitando um comparativo entre as histórias apresentadas.

## **1. O MOVIMENTO NEGRO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.**

*Desde a fase jesuítica na educação colonial o acesso ao saber ler, escrever e contar era designado a uma pequena camada da população – a dos filhos dos donos de engenho-de-açúcar. A política colonizadora, escravista e patriarcal, excluía da escola o índio, o negro e a grande maioria das mulheres, produzindo uma ampla gama de analfabetos<sup>1</sup>*

O Movimento Negro não foi o único responsável pela luta pelas Ações Afirmativas. Outros movimentos que cabem aqui destaque foi o movimento das pessoas portadoras de deficiência na década de 90. A Constituição Brasileira prevê em seu artigo 37 inciso III, a reserva de vagas para deficientes físicos na administração pública. “Nesse caso, a permissão constitucional para adoção de ações afirmativas em relação aos portadores de deficiência física é expressa” (GOMES, 2003, p. 44).

Sendo assim, para iniciar a primeira seção será abordado um breve histórico do Movimento Negro Brasileiro, com enfoque na luta política desse movimento, (as lutas para implementação de Políticas de Ações Afirmativas, aqui utilizadas como eixo norteador para a discussão do Programa Conexões de Saberes). Esse histórico é aqui compreendido como importante para implementação da política no cenário brasileiro, bem como a compreensão das condições na qual estes atores encontraram-se historicamente na sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Freire, 1989, p. 54, *Apud*: BARBOSA, Jorge Luiz et al. Condições de permanência de estudantes de Origem Popular no espaço acadêmico: Coleção Grandes Temas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010

### 1.1. Um Breve histórico do Movimento Social Negro no Brasil.

Amaro (2011, p.82), aponta que o movimento negro, em sua historicidade, somado a criação do Estatuto de Promoção da Igualdade Racial<sup>2</sup>, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial<sup>3</sup>, bem como o reconhecimento histórico da exclusão racial no país, demonstra as diferentes formas de discriminação racial na esfera da educação. O processo se condensa com a implementação da Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003, somada as diretrizes pluriétnica, implementadas assim nas novas Diretrizes Curriculares de 1996. Nisso, os parâmetros curriculares e temas transversais tornam-se plurais na educação, onde a questão racial passa a ser ponto de pauta nos livros didáticos e nas relações sociais protagonizadas.

A contextualização da questão racial, principalmente no debate do Serviço Social inclui-se, portanto, no movimento necessário de qualificação da intervenção do assistente social. Reconhecer esta temática implica em apreender esta realidade.

O negro, desde a primeira metade do século XVI, como sabemos, foi arrancado de sua terra natal – a costa ocidental africana em grande maioria – e trazido ao Brasil para suprir a necessidade de mão de obra, em maior medida, do engenho nordestino e das minas do centro do país<sup>4</sup>. Estima-se que foram trazidos em torno de seis milhões e meio de negros africanos nos três séculos de escravidão brasileira.

Uma vez escravos e escravizados, separados de qualquer referência que pudesse norteá-los<sup>5</sup>, trabalhando 18 horas por dia, castigados preventiva ou exemplarmente, não tinham outra saída a não ser a morte (seja ela pelo suicídio ou após oito anos de trabalho, que era sua média de vida ou a fuga, que na maioria das vezes levava à primeira). O aumento da população negra só aconteceu em nosso país nesse período, pela permanente e maciça reposição de escravos, visto

---

<sup>2</sup> O Estatuto vigora com a Lei nº 12.288/10, tendo como objetivo “combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”. Trecho extraído de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)

<sup>3</sup> A SEPPIR foi criada 21 em março de 2006 pelo Governo Federal. Nesta data mundialmente era celebrado o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Sua criação é o reconhecimento das lutas históricas do movimento negro. Sua missão é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no Brasil. Trecho extraído de <http://www.seppir.gov.br/>

<sup>4</sup> Para aprofundar esta questão cf. Capítulo I de Eric Wiliams; Capitalismo e Escravidão.

<sup>5</sup> Os negros provenientes da mesma tribo, que falavam a mesma língua ou tinham hábitos similares, eram cautelosamente separados antes de serem colocados nos navios, de forma a evitar contatos entre si, forçando-os a conviver com outros indivíduos estranhos a eles, e com isso se rebelassem.

que sua evolução “natural” era negativa. Nas palavras de Darcy Ribeiro: “Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente<sup>6</sup>”.

A rebeldia dos negros teve importante papel na história brasileira e foi um dos pontos decisivos para a abolição da escravatura no Brasil. Assim mesmo, é preciso admitir que a abolição no Brasil não é fruto direto e imediato da ação negra organizada, esta está mais para um movimento “pelo negro”, situada num sistema escravista já em desagregação, objetivando não “a transformação do escravo em cidadão, mas transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre”.

Após serem libertados e saírem das fazendas em que estavam, eram sistematicamente expulsos dessas localidades sendo obrigados a rumarem para outros espaços, inclusive a cidade, constituindo os bairros negros, que mais tarde, seriam as favelas.

Entende-se, com isso, como e quão rápida evoluiu a pobreza do negro brasileiro pós-abolição. É neste sentido que a violência, o analfabetismo, as doenças, ou seja, a miséria deste povo é consequência da condição relegada ao negro frente ao que encontrou no seu processo histórico nesse país; da articulação que se deu entre a cor da pele de uma parcela da população mundial com um sistema de acumulação – que sabe utilizar até quando lhe é útil o elemento escravo na sua organização produtiva – que desprovê a grande maioria da população, dos meios de produção e reprodução social sua vida.

A “questão racial” é, entretanto, predominantemente construída e difundida de maneira deformada e inversa. O negro, como toda a classe subalterna, aparece aos olhos da classe dominante como os semeadores de suas próprias desgraças. É assim que o racismo brasileiro associa a raça e a cor da pele a situação econômica, intelectual e social do indivíduo. O negro, na sociedade brasileira, embranquece ao “subir na vida” e, só o faz – com raríssimas exceções –, virando às costas para a massa miserável de onde proveio. Este se torna “sem maiores dificuldades”, o que Florestan Fernandes chamou de “negro de alma branca”.

Com a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, um novo sistema político foi criado no Brasil, não contemplando a população negra que estavam nessas terras. Assim, conforme Domingues (2007), essa população composta por ex-escravos e os seus descendentes instituem no período dezenas de grupos, como movimento de mobilização racial negra, sendo eles:

---

<sup>6</sup> Darcy Ribeiro; O Povo Brasileiro; Companhia de Bolso, 1º Edição, P.108.

Em São Paulo, apareceram o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. (Op. Cit., p.103)

Ainda conforme Domingues (Ibidem) funda-se em 1931 a Frente Negra Brasileira (FNB) no Estado de São Paulo. Este foi um momento de grande importância para o movimento, tendo em vista o salto político significativo que sofrera, angariando representações em diversos estados do país com mais de 20 mil associados.

Outro ponto importante da Frente FNB era o recorte de gênero, uma vez que a maior parte de seus integrantes eram mulheres. Dentro da FNB, as mulheres assumiam funções, como na Cruzada Feminina e Rosa Negra. Durante esse período, a FNB conseguiu junto ao presidente da República, Getúlio Vargas, que algumas de suas reivindicações fossem atendidas, como por exemplo, o fim da proibição para os negros ingressarem na guarda civil de São Paulo. Porém, com a instauração da ditadura em 1937 durante o período do Estado Novo, a FNB, bem como todas as organizações políticas foram extintas, e nos demais movimentos sociais o movimento negro foi esvaziado.

Outro grupo importante na história da população negra do país foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundando no Estado do Rio de Janeiro em 1944, tendo como principal liderança Abdias do Nascimento. Sua proposta era criar um grupo formado apenas por atores negros, mas foi além, assim como aborda Domingues (2007, p. 109) quando aponta a criação do Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro, a organização do I Congresso do Negro Brasileiro, entre outras ações importantes para essa população. No ano de 1968 o TEN foi extinto e, nesse período, Abdias partiu para seu autoexílio nos Estados Unidos<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Abdias do Nascimento retorna para o Brasil, na qual é eleito como deputado pelo PDT/RJ. Funda o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiro (IPEAFRO) na PUC/SP e juntamente com outros intelectuais a Fundação Afro-Brasileira de Arte, Educação e Cultura (FUNDAFRO). Sua biografia completa pode ser encontrada em <http://www.abdias.com.br/biografia/detalhada.htm>

No ano de 1978, funda-se no país o Movimento Negro Unificado<sup>8</sup> (MNU), trazendo ao cenário nacional o movimento negro organizado, que ficara “adormecido” no período da ditadura. Foi inspirado em lideranças internacionais como Martin Luther King, Malcon X, e Panteras Negras (Op. Cit., p. 112). Sua primeira atividade foi um ato público, realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em repúdio a discriminação que quatro jovens sofreram no Clube de Regatas Tietê e em protesto a morte de Robson Silveira Luz, jovem negro de 27 anos, acusado de roubar frutas, torturado e morto no Distrito Policial de Guaianazes, zona leste de São Paulo. Seu surgimento foi importante para a história do protesto negro, tendo em vista que o mesmo aparece como proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações com foco antirracistas.

Para dar prosseguimento nesta discussão, será aqui aprofundado o histórico da Frente Negra Brasileira, assim como o contexto educacional brasileiro para a população negra.

#### 1.1.1. A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E O CONTEXTO EDUCACIONAL.

Petrônio Domingues (2008)<sup>9</sup> em seu artigo acerca das lutas da população negra no período pós Abolicionista, aponta que a mesma percebeu a necessidade de unir-se para reivindicar direitos iguais aos da população branca, como a conquista de respeito, reconhecimento, empoderamento, participação política, educação e terras, tendo como bandeira prioritária a defesa pela educação<sup>10</sup>.

No período entre final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o movimento conhecido como “Paulicéia Desvairada” denotou na cidade de São Paulo uma aceleração no que tange a urbanização, industrialização e o setor de serviços. Já na parte educacional, aparece um crescimento na rede de ensino: pública, privada, religiosa, profissionalizante, dentre outras.

Domingues (2008, p. 519), explana que não existe um consenso quanto às razões que levaram os negros, desse período, a criarem suas próprias escolas. Algumas hipóteses foram

---

<sup>8</sup> Conforme aponta Domingues (2007), o MNU ganhou primeiramente o nome de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Durante a 1ª Assembléia Nacional de Organização e Estruturação da Entidade em 23 de julho, acrescentou a palavra “Negro”, passando a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Posteriormente seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU).

<sup>9</sup> Artigo intitulado “Um templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação.

<sup>10</sup> Essa bandeira foi uma das prioritárias, já que o analfabetismo era mais predominante entre os negros, conforme Domingues (2008).

levantadas, como a de que no Estado de São Paulo viviam diversos grupos étnicos, principalmente com o processo de migração, e com isso o clima de tensão era constante. Assim os negros almejavam os mesmos direitos que esses grupos, (seu “lugar ao sol”) como aponta o autor. Esse processo demonstra ser uma forma de organização social, com propósito de fortalecer-se nessa disputa. Outra hipótese é a de que algumas escolas dificultavam e vetavam a matrícula para ingresso de negros no espaço educacional.

Domingues (Op. Cit.) elenca que, após ocorrerem negativas de ingresso de alguns negros em escolas tradicionais, como o caso da filha adotiva do ator Procópio Ferreira, barrada pelo Colégio Sion, conforme noticiado no jornal *Progresso*. O Colégio Sion tinha uma cláusula em seu estatuto que vedava a matrícula de “pessoas de cor” (p. 519), fosse ela oriunda de qualquer classe social. Alguns fatores como a falta de recursos, ausência de apoio do Estado, a precarização na qualificação pedagógica de gestores dos projetos, foram fatores que levaram a população negra a criar escolas pós o processo de Abolição. Porém muitas dessas escolas funcionaram por pouco tempo, conforme:

Em 18 de maio de 1888, apenas cinco dias após a abolição, foi fundada a Sociedade Beneficente Luís Gama, em Campinas. Com proposta de amparo social, a entidade abriu um “colégio” com cursos para a educação de adultos trabalhadores, no período noturno, e para jovens, no diurno. [...] Em 1902, um professor negro daquela cidade, Francisco José de Oliveira, criou o ‘colégio’ São Benedito para alfabetizar os filhos dos negros e mulatos. [...] Em 1907, havia 272 alunos matriculados dos quais 124 eram filhos de imigrantes e 14 nada pagavam. Em 1908, chegou a reunir 422 alunos. Em 30 de abril de 1910, o colégio foi incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor. (DOMINGUES, 2004 apud. DOMINGUES, 2008, p. 519).

A FNB foi resultante do acúmulo de experiências vivenciadas pelos negros paulistas. O Centro Cívico Palmares (1926-1929) foi um dos mais relevantes, sendo este responsável pela criação de uma escola com estrutura pedagógica. Funcionava na sede da entidade, e as aulas eram ministradas nos períodos diurnos e noturnos. Ensinava diversas disciplinas, como gramática, geografia e história, e ensinava a: ler, escrever e fazer contas. Para as mulheres ensinavam também prendas domésticas. Mantinha uma biblioteca e promovia palestras culturais com periodicidade, com isso refletiu um amadurecimento do movimento negro em São Paulo.

O Departamento de Cultura ou Intelectual foi o mais importante da FNB, sendo este responsável pela área educacional. A educação aqui era compreendida pela entidade, tanto do ponto de vista da educação formal, quanto da educação cultural e moral. Já a instrução vinha no sentido de alfabetização ou escolarização.

Geralmente se acreditava que a marginalização do negro na pós-abolição era uma herança da escravidão, que lhe teria entorpecido o potencial intelectual e/ou cultural. Em outros termos, a escravidão teria gerado o despreparo intelectual e/ou cultural do negro para o exercício da plena cidadania no mundo “moderno civilizado” da República. (DOMINGUES, 2008, p. 523)

A educação era um instrumento na qual a população negra poderia ter voz contra o preconceito. Assim como apontava o jornal *A Voz da Raça*: “O negro deve procurar se libertar dos grilhões da ignorância e quebrar as algemas vergosas do preconceito que o faz aniquilar.” (*A Voz da Raça*, 1936. apud. DOMINGUES, 2008, p. 523). Com o povo cada vez mais instruído, adquirindo também mais cultura (o que significaria para esse povo ser mais civilizado), conforme outros assim eram vistos, a educação também era utilizada como sinônimo cultural. Ou seja, quanto maior o grau de instrução do negro, maior seria sua cultura, e quanto mais instruído o mesmo fosse, menores seriam as possibilidades de serem discriminados.

Ainda sobre o TEN, o Prof. Dr. Kabengele Munanga, em entrevista ao *USP Online*<sup>11</sup>, afirma quanto a esses movimentos:

Foram tentativas. A Frente Negra Brasileira foi um movimento social fundado por uma elite negra dos anos 30. Ela foi a primeira a denunciar o mito da democracia racial, e só depois a academia foi estudá-lo. Aqueles negros colocaram o mesmo problema que hoje estamos colocando: a educação é um dos caminhos para poder integrar o negro no mercado de trabalho, no sistema de poder. A diferença é que os movimentos negros atuais, que surgiram em 1975, além de reivindicar a escola também querem que ela reconheça sua identidade, ensine a história e cultura dos negros africanos. Movimentos negros anteriores, como no caso específico da Frente Negra, queriam simplesmente se integrar na

---

<sup>11</sup> Entrevista extraída do site [http://www.aomestre.com.br/ent/e\\_kabengele.htm](http://www.aomestre.com.br/ent/e_kabengele.htm), realizada por Mariana Borges/USP Online - [marana@usp.br](mailto:marana@usp.br), intitulada: “**Nova legislação e política de cotas desencadeariam ascensão econômica e inclusão dos negros, diz professor**”.

cultura dominante. Porém, ambos os movimentos lutam para que o negro faça parte do sistema educacional. Quantos negros há na Universidade de São Paulo?

Esse resgate faz-se necessário para apontar a política de Ações Afirmativas no contexto educacional brasileiro.

## 1.2. O Contexto histórico das Ações Afirmativas

Iniciamos esse momento, resgatando a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida na cidade sul-africana de Durban no período de 30 de agosto a 07 de setembro de 2001, evento este que contou com a participação de países que adotaram o regime de escravidão.

No Brasil, no período governamental do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ainda no ano de 1995, sob forte pressão do movimento negro, começam a ser publicizada a discriminação sofrida pela população negra no território nacional, gerando debates em torno das relações raciais e do que era ser negro (a) no país. Conforme Santos (2005), somente no ano 2000, atendendo a resolução 2000/14, na qual solicitava aos países que participaram da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, o Brasil emendou esforços para delimitar tendências, obstáculos e prioridades no enfrentamento em meio nacional destas práticas, formulando recomendações concretas e atividades a serem desenvolvidas, na luta contra essas formas de opressão.

Assim no ano 2000, o Presidente FHC cria o Comitê Nacional para participação na conferência supracitada. Competia então ao Comitê:

Assessorar o presidente da república nas decisões relativas à formulação das posições brasileiras para as negociações internacionais e regionais preparatórias e para a Conferência Mundial. Outra responsabilidade atribuída ao comitê é promover, em cooperação com a sociedade civil, seminários e outras atividades de aprofundamento e divulgação dos temas de discussão e objetivos da Conferência Mundial. (MOURA, Carlos Alves e BARRETO, Jônatas Nunes). *A Fundação Cultural na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. (Brasília: Fundação Cultural Palmares (FCP), 2002, p.62. *Apud* SANTOS, Sales Augusto, 2005, p. 16, *In*. Ações Afirmativas e o Combate ao Racismo nas Américas.)

Este Comitê foi responsável por organizar diversas pré-conferências pelos estados brasileiros, com discussões pertinentes, servindo de estrutura para a Conferência Nacional Contra o Racismo e Intolerância, realizado no ano de 2001 no Estado do Rio de Janeiro – RJ, sediado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O debate que ocorria em cenário nacional serviu de subsídio para formulação do documento brasileiro que foi encaminhado para a Conferência de Durban. O documento final foi denominado “Carta ao Rio”, fazendo parte do Plano Nacional de combate ao Racismo e a Intolerância.

FHC, junto ao documento a ser encaminhado para a Conferência de Durban, autoriza a inclusão da proposta de cotas para negros no acesso ao ensino superior. Dentre os meios de comunicação impressa (jornais de maior circulação) alguns se posicionaram contrários a essa decisão, como a Folha de São Paulo relatava que esse sistema implicaria reparar uma injustiça criando outra. Assim como aponta Santos (2005)

O governo brasileiro, por exemplo, leva a Durban a proposta de criar cotas para negros e seus descendentes nas universidades públicas. Esta *Folha* se opõe ao sistema de cotas. Isso não significa, entretanto, que todo tipo de ação afirmativa, de discriminação positiva, deva ser descartada. A idéia de instituir cursos pré-vestibulares dirigidos a negros, por exemplo, pareça oportuna. (...) O Brasil precisa sem dúvida enviar esforços para promover a integração racial. Ações Afirmativas devem ser consideradas e implementadas. O limite deve ser o da justiça. Admitir que se devesse reparar uma injustiça com a criação de outra, uma variação de ‘os fins justificam os meios’, é um argumento filosoficamente tíbio e historicamente complicado. (Folha de São Paulo, 30 de agosto de 2001, p. A2, *Apud* Santos, 2005, p. 19).

A discussão no país, no que tange a política de cotas nas universidades estava bem efervescente. Nesse momento, os argumentos favoráveis ao ingresso eram os que não houvesse diferenciação por cor, porém o que não aparecem nos mesmos discursos é que uma camada significativa da população negra pouco estava ocupando os bancos dos espaços elitizados, no caso as universidades. Fala-se de justiça, igualdade de direitos para uma população que historicamente lutou para ter seus direitos garantidos e em alguns casos pouco reconhecidos.

Com isso, apontamos Gomes (2001), para uma definição sobre as Ações Afirmativas:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à

neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (Op. Cit. p. 06)

Assim como elucida Sell (2002, p. 9), sendo uma gama de estratégias políticas com a finalidade de promover a igualdade de oportunidades sociais, mediante um tratamento preferencial daqueles que historicamente têm-se ficado a margem da disputa pelos bens escassos de nossa sociedade. Esse tratamento preferencial pode ser traduzido em “cotas”, “metas” ou “bônus” (como grupos religiosos e étnicos, em relação ao sexo e à raça) em empresas, órgãos públicos, universidades, entre outros, através da discriminação positiva.

As ações afirmativas, conforme Wedderburn (2005), tem origem na Índia, no ano de 1919, quando o jurista, economista e historiador Bhimrao Ramji Ambedkar tenta convencer as autoridades de implementar o que ele chamou de “representação diferenciada”. Esse sistema propunha que a Índia adotasse medidas que pudesse romper com o sistema de castas por meio de políticas públicas diferenciadas para que houvesse igualdade entre todos os segmentos sociais. Em um primeiro momento essa proposta foi barrada. Mas durante o processo de independência do país (na década de 1940), a casta superior passou então a aceitar mudanças na sua constituição, garantindo através dos instrumentos das ações afirmativas, o que somaria no apoio da maioria da população indiana.

As políticas de Ações Afirmativas se integraram a consciência mundial, pós Segunda Guerra Mundial, partindo das lutas pela descolonização, e do momento que foram aplicadas sob o rótulo de “indigenização” ou “nativização”. Com a independência de países como Índia e Paquistão (1947), Indonésia (1949), outros países africanos e asiáticos, urgentemente, tiveram que defrontar com a problemática de substituir os europeus que ocupavam e monopolizavam os postos de comando da sociedade, dentre estes a rede de ensino (WEDDERBURN, p. 317). Gana e Guiné foram os primeiros países africanos a declararem sua independência, disseminando com isso uma estratégia de Ação Afirmativa para a população nativa, consistindo então por cotas e outras medidas para garantir o rápido acesso dos nativos a funções até então não ocupadas por essa população.

Na década de 1960, as Ações Afirmativas ganham destaque internacional quando os Estados Unidos, primeiro país do “primeiro mundo”, aderem às ações afirmativas à sua

legislação, como mecanismo de emancipação dos afrodescendentes em resposta a luta dos movimentos sociais negros por direitos cívicos. Gomes (2001) aponta que, nesse período, a política passa por um processo de alteração conceitual vinculando-se à idéia de realização da igualdade de oportunidade através da obrigatoriedade no cumprimento de cotas rígidas de acesso de representantes das minorias a determinadas instituições como a educação e o mercado de trabalho.

As lutas da população afrodescendente norte americana impulsionou outras lutas e reivindicações de outros segmentos discriminados, como as mulheres, os idosos, os nativos (também chamados de índios), homossexuais e transexuais, entre outros.

No contexto da América Latina, as primeiras ações afirmativas adotadas foram voltadas para as mulheres, na qual a Argentina foi o país pioneiro. Segundo Wedderburn (2005), destinavam-se 30% das vagas dos partidos políticos para essa população, tendo prazo para garantir a paridade entre homens e mulheres.

As ações afirmativas surgem no Brasil através de cotas para mulheres e deficientes. O debate gira em torno de artigos (1º, 3º, 5º, 7º, I, art. 206, I, & 1º do artigo 242, art. 215 e 216) da Constituição Brasileira de 1988 que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e cidadania. Algumas configurações foram adotadas, tais como: programas de âmbito governamental ou privado; ações voluntárias de caráter obrigatório e/ou estratégia mista; legislações e orientações partindo de decisões jurídicas ou agência de fomento e regulação. Segundo Moehlecke (2002), as ações afirmativas se instituíram principalmente orientadas ao sistema educacional, ao mercado de trabalho, e a representação política.

Buscando erradicar e criar situações, as Ações Afirmativas são utilizadas em alguns espaços onde se almejam mudanças contra as discriminações, sendo estes a educação e o campo trabalhista, na qual essas medidas foram necessárias já que, estatisticamente, eram apontadas as defasagens entre o negro e o branco.

Na política de ensino superior, as ações afirmativas aparecem voltadas principalmente para indígenas e negros, porém ganhando destaque e polêmica perante a política voltada para a população negra nas instituições de ensino superior. Diante da forte elitização nessas instituições, em especial as federais, é que essas ações foram criadas pelas próprias instituições. A elitização nesses espaços é um fator histórico que aparece junto com a instituição de ensino superior

brasileiro, na qual Boaventura (2004) cita ser uma das funções dessas instituições: a elitização do saber.

As ações afirmativas aparecem com mais proximidade vinculadas à questão racial, porém não se limita apenas a este grupo, conforme elucida Jacoud e Theodoro (2005):

Observa-se, de um lado, que ações afirmativas não se reduzem a política de cotas e, de outro, que elas não esgotam o conjunto de políticas públicas necessárias à promoção da igualdade racial. De fato, as ações afirmativas são políticas amplas que se inserem no campo da promoção da igualdade de oportunidades, facilitando o acesso dos grupos discriminados a certos espaços da vida social. (Op. Cit. p.113-114)

Com isso, abordaremos aqui as Ações Afirmativas no acesso à educação.

#### **1.2.1. As Ações Afirmativas como política inclusiva para o acesso à educação.**

[...] ser negro no Brasil implica em uma luta constante por direitos (TEIXEIRA, 2008, p. 216). Com essa reflexão, Teixeira aponta que durante muito tempo no Brasil as desigualdades raciais eram encobertas pelo silêncio, e que através do senso comum somado a idéia de democracia racial, o racismo bem como outras práticas discriminatórias contra negros e pardos se tornava invisível. Com isso, as barreiras criadas contra esta parcela da população se ampliavam, dificultando o acesso aos seus direitos, assim como os demais cidadãos brasileiros.

Conforme referendado, no de 2001 foi realizada em Durban a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, nela se constroem as agendas políticas para atender a parcela da população socialmente discriminada, sendo uma das lutas do movimento negro.

Teixeira (2008) coloca outro momento importante nesse processo que, aos anos de 2002 foi instituído o Programa Nacional de Ações Afirmativas, bem como o Programa Diversidade nas Universidades, visando assim à inclusão sócio-racial dos povos negros e indígenas no ensino superior.

Já no ano de 2003 foi instituída a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, com o objetivo de coordenar e elaborar políticas públicas que combatam as várias discriminações raciais existentes no país. Pautando as Ações Afirmativas, Teixeira (Op. Cit.) elenca que

Posta a necessidade de se discutir as desigualdades raciais para que se alcance plenamente a democracia, e a conseqüente universalização dos direitos, o conceito de Ação Afirmativa surge como ferramenta de formulação e implementação de políticas que visam combater a discriminação e a desigualdade. Podemos entender as Ações Afirmativas como instrumentos que tem como finalidade a promoção da igualdade e a universalização concreta dos direitos em certa sociedade. Garantir a oportunidade de acesso de grupos marginalizados e ampliar sua participação nos diferentes setores da vida econômica, social, institucional e cultural é o principal objetivo das Ações Afirmativas (Jaccoud & Beghin, 2002, Apud. TEIXEIRA, 2008, p. 221).

Vale ressaltar que a discussão frente ao acesso no ensino superior não pode ser descolada da política de permanência, visto que é de suma importância garantir que o estudante após adentrar a universidade possa concluir esse processo.

Com isso, as Ações Afirmativas tem o papel de buscar corrigir as desigualdades que historicamente existem sob a população negra no país, indo além do reconhecimento de política de reserva de vagas ou cotas, sendo assim um meio de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes negros no ensino superior.

Já no que se refere às políticas de Ações Afirmativas, estas se constituem como.

[...] iniciativas importantes para transformações na esfera educacional brasileira, visto que o debate em torno da sua necessidade problematiza a ausência de políticas públicas que reconheçam efetivamente a participação dos negros na construção do país, demandando ações focalizadas para a inclusão no âmbito escolar de conteúdos que referenciem a história africana e afrobrasileira e, principalmente, redefinam as formas de produção e aplicação dos conhecimentos produzidos no âmbito escolar. (MADEIRA, et.al.2010, p. 81)

Pensar nas políticas de Ações Afirmativas, visando o acesso de indivíduos oriundo das camadas populares, e que historicamente encontram-se pouco presentes nos espaços das universidades não está descolado do debate acerca da permanência destes no ensino superior. É preciso ampliar o acesso desse grupo nesse espaço, não deslocado da criação de condições mínimas para conclusão com qualidade durante este processo.

Prosseguindo nesta discussão, é necessário apontar também a educação como direito humano, conforme aponta Sacavino (2007). Está é uma temática pouco trabalhada, ao contrário das bibliografias que tratam da educação para e em Direitos Humanos. Conforme elucidada no

então Relatório Nacional sobre Direitos Humanos à Educação, a mesma com foco nos Direitos Humanos considera “o ser humano na sua vocação ontológica de querer ‘ser mais’, diferentemente de outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo (Op. Cit. p. 458)”.

A Educação é prevista constitucionalmente como um direito de todos e dever do Estado, concomitante com a família e a sociedade, visando o pleno desenvolvimento do cidadão, como preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Deve ser encarada e efetivada baseada nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Em 10 de dezembro de 2003, o Ministério da Educação juntamente com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que se apresenta como instrumento orientador e fomentador de ações educativas, nas esferas públicas e privadas. A educação é fundamental, conforme aponta Sacavino (2007), tendo em vista que desta forma é possível constituir um direito humano em si mesmo, como mecanismo para realizar e reivindicar outros direitos, tantos no nível individual quanto coletivo.

A autora aponta que, a educação em direitos humanos se situa tendo como referenciais os seguintes princípios:

- A educação básica, como um primeiro momento do processo educativo ao longo de toda a vida, é um direito social inalienável da pessoa humana e dos grupos sócio-culturais;
- A educação básica exige a promoção de políticas públicas que garantam a sua qualidade;
- A construção de uma cultura de direitos humanos é de especial importância em todos os espaços sociais. A escola tem um papel fundamental na construção dessa cultura, contribuindo na formação de sujeitos de direito, mentalidades e identidades individuais e coletivas;
- A educação em direitos humanos, sobretudo no âmbito escolar, deve ser concebida de forma articulada ao combate do racismo, sexismo, discriminação social, cultural, religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira;
- A promoção da educação intercultural e do diálogo inter-religioso constitui componente inerente à educação em direitos humanos;
- A educação em direitos humanos deve ser um dos eixos norteadores da educação básica e permear todo o currículo, não devendo ser reduzida à disciplina ou à área curricular específica. (BRASIL, 2003, p. 17. *Apud* SCAVINO, 2007, p. 465).

O sistema educacional brasileiro é composto por dois níveis escolares: Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); e Educação Superior. Estão normatizados na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDBN/96), segundo Neves (2002).

O Ensino Superior brasileiro, historicamente, por ser elitizado, foi restrito para a população das classes alta e média, sendo visado estrategicamente para a manutenção do *status quo*, não sendo concedido a outros segmentos o acesso as informações e ao conhecimento tecnológico e científico, garantindo apenas a determinados grupos os cargos de comando hegemonicamente ocupados na sociedade brasileira.

No ano de 1931, foi criado o Ministério da Educação e Saúde durante o governo Vargas (1930-1945), sendo aprovado no mesmo ano o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigorando até o ano de 1961, na qual previa: a universidade pode ser pública (nos âmbitos federais, estaduais e municipais), ou livre (particulares); deveria incluir os cursos de Direito, Medicina, Letras, Ciências, Engenharia e Educação.

Em se tratando do cenário educacional, Brandão (2004) traz as palavras de Joaquim Barbosa Gomes (2003, p. 17) ao apontar a Lei do Boi (5.465/68). Este foi o primeiro momento na qual o país conheceu uma modalidade brasileira de Ação Afirmativa, tal como:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidas pela União, reservarão, anualmente, de preferência, cinquenta por cento de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e trinta por cento a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimento de ensino médio. (s/p.)

A universidade pública, historicamente elitizada, e com o acesso escasso da população de camadas populares em seu quadro de estudantes acadêmicos, “criava” uma barreira invisível ao acesso. Com isso apontamos Soares (2002) que no que diz

Apesar de haver ocorrido na década de 90 um significativo aumento de vagas no vestibular na rede pública de ensino, foi na rede privada que ele atingiu o maior percentual de aumento: 147,9%. Tal fato indica que um significativo número de jovens não tem acesso ao ensino público e gratuito, restando-lhe somente a opção de pagar seus estudos de nível superior (Op. Cit. p.109).

A seleção para o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) não são condizente com o ensino na qual é passado nas instituições públicas de nível básico, o que deixa em “desvantagem” os estudantes que assim freqüentam. As ações afirmativas para o ingresso e a permanência dos estudantes no ensino superior surgem como uma questão de democratização desse nível de ensino.

As ações afirmativas, utilizadas como mecanismos de seleção complementar as políticas sociais universais, aparecem no ensino superior como instrumento para assegurar a universalidade e democratização da educação, na qual se criam estratégias para garantir o acesso aos cidadãos que estavam desigualmente amparados, e assim encontram mecanismos que viabiliza seu acesso e permanência em condições de equidade e igualdade.

Segundo Pinto (2003), as ações afirmativas em espaço acadêmico são necessárias visando democratizar e garantir nesses espaços:

Acesso e permanência de grupos fragilizados econômica e socialmente (e não apenas os negros) [...] essas políticas tendem a melhorar a qualidade das instituições porque nelas passarão a ingressar pessoas com grande capacidade, mas que, por limitações de uma ordem social injusta, não receberam o treinamento [...] para o vestibular. (Op. Cit. p.17)

A primeira universidade pública brasileira a adotar o sistema de reserva de vagas para negros foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no ano de 2002, sendo que reservara 90% de vagas, sendo 50% para estudantes oriundos das escolas públicas e 40% para os estudantes negros. Outra universidade que cabe aqui destaque é a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), bem como a Universidade de Brasília (UnB) que adotam o sistema de cotas no ano de 2004. Brandão (2004) aponta que o debate em torno do sistema de cotas é o mais radical e polêmico instrumento de ação afirmativa, e ainda assim “mal compreendido” e reducionista das políticas de ação afirmativa na sociedade.

Gomes (2005) menciona que no mesmo ano de 2005, existiam no país 14 universidades que possuíam a reserva de vagas para negros, e após a criação de diversos programas que poderiam englobar a temática da questão racial e colaborar com uma proposta de permanência com qualidade para os estudantes que ingressassem por essa política no âmbito acadêmico.

Visando amenizar as diferenças no ensino superior, e traçando medidas para democratizar esse espaço, o Ministério da Educação incorpora uma série de Ações Afirmativas de Estado. A Lei nº 10.558/2002 oficializa o Programa Diversidade na Universidade, com o propósito de criar e avaliar estratégias de promoção no acesso ao ensino superior das pessoas que pertenciam a grupos socialmente desfavorecidos, como a população indígena e negra. Dentro desse programa definiu-se como principal ação o apoio financeiro para instituições que visassem à preparação para o vestibular, descritos como Projetos Inovadores de Curso (PCIs), tendo como propósito o apoio à promoção de equidade e diversidade nas universidades. (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005, p. 216).

Já no ano de 2003, sob o governo do então presidente Lula, as políticas educacionais voltadas para a diversidade étnico-raciais passam por algumas mudanças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passa por mudanças, e a partir da promulgação da Lei nº 10.639/03, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afrobrasileira nos currículos da rede de ensino.

Somado com a pressão dos movimentos sociais, em especial os que abordam a temática da questão racial, o MEC cria no ano de 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que surge com a proposta de elaborar e promover as políticas de inclusão educacional, considerando as especificidades das desigualdades brasileiras, bem como assegurar o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, cultural, gênero, ambiental e regional. Com isso, o MEC por intermédio da SECAD estabelece meios de construir e articular em conjunto com Governos Estaduais e Municipais, ONGs, movimentos sociais e organizações internacionais mecanismos para ampliar o acesso, garantir a permanência, contribuindo para o aprimoramento democrático do sistema de ensino, assim como apontam Henriques e Cavalleiro (2005).

As ações da SECAD em torno das desigualdades raciais têm como objetivo implementar e elaborar políticas públicas no contexto educacional, visando o acesso e a permanência da população negra em todos os níveis de ensino, indo desde a educação infantil até o ensino superior. Considera ainda a modalidade de educação de jovens e adultos e educação em área de remanescentes quilombolas.

Na agenda programática do MEC é criado um conjunto de iniciativas com intuito de promover a equidade de acesso e permanência da população afrobrasileira, indígena, bem como

outros grupos tradicionalmente excluídos do seu direito à educação. Com isso, cinco eixos norteadores compõem essa agenda, sendo eles: Acesso e Permanência, Formação de Professores e Gestores, Marco Regulatório e Institucional, Sistema de Informação e Pesquisa, e Divulgação e Fortalecimento Institucional. Levantamos aqui principalmente o eixo referente ao Acesso e Permanência, visto que este é fundamental para o debate nesse trabalho. Henriques e Cavalleiro (2005, p. 220-221) apontam algumas ações elaboradas pelo MEC, conforme a exposição do quadro abaixo:

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>
Projeto de Lei 3627/04 – projeto de reserva de vagas nas IFES	Estabelece reserva de vagas nas IFES para estudantes de escolas públicas, com cotas específicas para negros e indígenas.
ProUni – Programa Universidade para Todos	Reserva de bolsas em estabelecimentos de ensino superior comunitários e particulares para alunos oriundos de escolas públicas e bolsistas de escolas particulares, sendo 30% das vagas reservadas para negros e indígenas.
Projetos Inovadores de Cursos – pré-vestibulares comunitários para negros e indígenas	Apoio técnico e financeiro a instituições educacionais para a realização de pré-vestibulares para negros e indígenas, visando ampliar o número desses participantes no ensino superior.
Programa de tutoria e fortalecimento educacional de jovens negros no ensino médio	Apoio para o desenvolvimento de experiências voltadas para o diagnóstico e a superação da situação de desigualdade racial e social vivida por estudantes negros (as), garantindo uma educação de qualidade.
Programa de tutoria e fortalecimento educacional de jovens negros no ensino superior	Estímulo e fortalecimento de experiências que ampliem as condições de permanência e de sucesso de estudantes afro-brasileiros (as) no ensino superior. Visa, numa perspectiva multidisciplinar e mutissetorial, à permanência do estudante universitário afro-brasileiro em seu curso, desenvolvendo e implementando ações afirmativas

	de diversidade cultural, gênero e étnico-raciais, na perspectiva da educação de pares e da promoção do protagonismo de negros e negras nesse processo;
Programa Conexões de Saberes: diálogo entre a universidade e as comunidades populares	Estímulo à articulação entre universidades e comunidades populares, propiciando troca de saberes, experiências e demandas. O programa incorpora novos estudantes que chegam à universidade, ao mundo acadêmico, estimulando seu envolvimento em ações coletivas nos seus locais de origem possibilitando assim permanência qualificada de jovens de espaços populares nas universidades.
Cultura Afrobrasileira: educação em áreas de remanescentes de Quilombos	Apoio técnico e financeiro a estados e municípios para ações específicas de formação de professores para áreas rurais quilombolas, a ampliação e melhoria da rede escolar e a produção e aquisição de materiais didáticos para alunos e alunas.

\*Dados extraídos de HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. **Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação**. In. SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 211-228

Henriques e Cavalleiros (2005) colocam que os programas e as ações que compõem esses eixos norteadores procuram contribuir para a construção de políticas educacionais que possam transformar o sistema educacional partindo da introdução de elementos, constituindo uma educação antirracista, estabelecendo condições para o sucesso educacional da população negra. O compromisso ético político deve considerar que o combate ao racismo no sistema de ensino não constitui uma política apenas para a população afrobrasileira, mas sim a toda a sociedade brasileira.

Dando prosseguimento à discussão, na próxima seção, contextualizaremos o histórico do Programa Conexões de Saberes: diálogo entre a universidade e as comunidades populares, iniciando com a discussão da Rede de Universitário em Espaços Populares (RUEP), até a implementação do PET/Conexões de Saberes.

**2 – O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES (DA RUEP AO PET/CONEXÕES – O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROGRAMA)**

Apontar a história do Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é também falar de nossa trajetória acadêmica. Em novembro de 2007, cursava a terceira fase do curso de Serviço Social, e atuava como bolsista pela Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) no Serviço Social do Hospital Universitário (HU). Com a mudança das bolsas não poderia continuar com as ações desenvolvidas naquele espaço. Com isso, frente à modificação na proposta das bolsas (de bolsa trabalho para bolsa permanência), o HU contraria esses estudantes por meio de Bolsa Estágio. Devido ao pouco tempo de curso, e seguindo as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), não poderia continuar com as atividades.

Alguns cartazes informativos estavam distribuídos pelos murais da universidade, e foi então que um destes chamou a atenção, no que dizia “*VOCÊ É DE ORIGEM POPULAR?*”. Recordando a trajetória percorrida no Pré Vestibular Comunitário do Centro Cultural Escrava Anastácia, resolveu-se participar do processo seletivo. Ao ser selecionada, foi encaminhada para o projeto intitulado Ações Afirmativas, o que não foi de grande agrado de alguns bolsistas mais antigos que estavam no programa, tendo em vista que esse era um dos eixos do Conexões de Saberes e englobaria a todos os bolsistas, não apenas alguns. Frente a esta explanação, iniciaremos o resgate histórico do Programa Conexões de Saberes, e o envolvimento político com o movimento estudantil no Fórum de Estudantes de Origem Popular (FEOP), na qual pudemos conhecer durante esse processo.

## 2.1. A REDE DE UNIVERSITÁRIOS DE ESPAÇOS POPULARES: O EMBRIÃO DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES.

A Rede de Universitários de Espaços Populares (RUEP) surge no âmbito das universidades no ano de 2004 pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) intitulada Observatório de Favelas, localizada no município do Rio de Janeiro com sede na Favela da Maré, e com atuação em âmbito nacional. Assim, com parceria firmada com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), é financiado pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext/SESu/MEC).

A RUEP oportunizou nessas universidades uma articulação entre os estudantes originários das camadas populares, possibilitando assim realizar uma avaliação com maior regularidade acerca das políticas públicas, além de formar lideranças com perfil técnico, ou seja, os mesmos “atores” oriundos das camadas populares trabalhando por sua própria comunidade. Dados encontrados no histórico do Observatório de Favelas informam que foram selecionados 50 jovens, que atuaram nas comunidades de Niterói e São Gonçalo por um ano.

Esse momento também foi fundamental para o surgimento de propostas que visassem políticas complementares na atenção de jovens oriundos das comunidades, de forma a contribuir para a superação de deficiências contidas na sua formação acadêmica, viabilizando assim a permanência desses estudantes no ensino superior como forma de democratizar a universidade.

Resultante do trabalho desenvolvido nessas universidades, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), juntamente com o Observatório de Favelas, iniciam o Conexões de Saberes em cinco universidades: e as já anteriormente citadas UFF e UFRJ, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em 2005 mais nove universidades integram ao Programa: Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de Brasília (UnB).

Já em 2006 outras dezoito universidades foram convidadas a ingressar ao Programa, sendo elas: Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), totalizando assim 32 (trinta e duas)

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com um programa voltado para um programa democrático que visa o acesso e a permanência dos estudantes de origem popular nas universidades.

## 2.2. O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES: UMA AÇÃO AFIRMATIVA DE ESTADO.

O *Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares* surge como projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), através do Programa 1377 (Educação para a Diversidade e Cidadania) e a Ação 2C81 – Desenvolvimento dos Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda. Com isso, a parceria firmada entre as Instituições de Ensino Superior (IFES) e o Observatório das Favelas<sup>12</sup>, situada no Rio de Janeiro/RJ foram responsáveis para execução do Programa Conexões de Saberes.

O Programa procura acolher os estudantes em suas Instituições de Ensino Superior, destinando-lhes bolsa de estudos para apoio acadêmico, de forma que possam protagonizar ações de extensão, ensino e pesquisa em comunidades populares, promovendo assim a troca entre a comunidade e a universidade. E também para que estejam inseridos em atividades acadêmicas voltadas para a elaboração de diagnósticos, proposição e avaliação de políticas de ações afirmativas de acesso e permanência nas universidades federais.

Conforme *Conexões de Saberes* (S/A, p. 1), os anos 2000 apontam como momento significativo para a inserção dos estudantes de origem popular no âmbito das universidades públicas, tendo as ações afirmativas como parte integrante deste processo. Cabe salientar que, ao debater o acesso dos estudantes no ensino superior de forma diferenciada, ou seja, através de um recorte (seja ele racial ou social), é necessário debater também como se dará a permanência deste estudante, de forma que o mesmo possa concluir sua graduação.

---

<sup>12</sup> O Observatório Social de Favelas do Rio de Janeiro, foi criado com apoio da Fundação Ford, e conta com diversos associados, sendo eles profissionais de entidades, instituições de pesquisa e universidades do Rio de Janeiro, tais como: IPEA; FGV; UFRJ; PUC; IUPERJ; UFF; FIRJAN; SEBRAE; Cândido Mendes. Tem como objetivo articular uma rede de atores interessados em estudar/pesquisar a pobreza e a desigualdade tanto no Estado quanto no País, apresentando assim proposições pra combatê-las. Uma das estratégias de materialização de suas ações acontece através da formação de *Redes Sociopedagógicas locais*, voltadas para a formação continuada e articulação de jovens universitários, nos espaços acadêmicos e populares.

Neste contexto, é fundamental a definição do Estudante Universitário de Origem Popular – EUOP, conforme Madeira (et.al.) apresenta.

[...] a definição de Estudante Universitário de Origem popular-EUOP, segundo o termo de referência do Programa Conexões de Saberes, obedece aos seguintes critérios: procedência de espaços “populares” e de escola pública, escolaridade dos pais não superior ao ensino fundamental, e, preferencialmente, pertencimento aos segmentos populacionais negros ou indígenas e inserção em movimentos sociais e/ou comunitários. (2010, p. 80)

Vale ressaltar que o trecho supracitado foi decorrente pesquisa realizada na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, porém não se desvincula das propostas levantadas pelas demais universidades acerca do Programa.

As ações desenvolvidas no Programa Conexões de Saberes são com intuito de promover o diálogo entre a universidade e as comunidades populares, e até mesmo a de origem do próprio estudante, oportunizando com isso uma valorização dos saberes populares mantendo assim uma interlocução para refletir sobre as transformações necessárias para a promoção social de suas comunidades.

Para fomentar a pesquisa, será necessário também apontar elementos que embasem a concepção de Extensão Universitária, uma vez que o Programa Conexões de Saberes foi estruturado para o acadêmico estar em contato com a comunidade e desenvolver suas atividades de cunho extensionista.

Nesse momento, faz-se necessário um recorte quanto ao histórico da Extensão Universitária no contexto brasileiro. Conforme Souza et al. (2010, p. 64), a extensão universitária aparece no Brasil nos anos de 1929 após criação da extensão agrícola da Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG. No ano de 1931 é que a extensão passa a ser reconhecida legalmente, quando Getúlio Vargas lança mão do Estatuto das Universidades Brasileiras, instituindo assim o regime universitário como prioritário, estabelecendo a extensão universitária com a missão de expandir os conhecimentos adquiridos na universidade, e eleva assim o nível cultural da população.

No início dos anos de 1960, estudantes universitários organizam a União Nacional dos Estudantes (UNE). Debatiam a reforma universitária no país, buscando assim ampliação e modernização das bibliotecas, restaurantes e demais instalações do campus universitário.

Reivindicavam ainda por melhorias no processo ensino-aprendizagem e nos modelos curriculares.

Em 1961 cria-se a Universidade de Brasília, na qual o professor Darcy Ribeiro retoma a idéia de universidade, cujo propósito fosse requerer atuação orgânica e o engajamento social, para que a cultura científica unifique o eixo entre a formação profissional e a extensão. Esse projeto foi interrompido no período do golpe militar de 1964. A lei permanece em vigor, até ser instaurado no país o Ato Institucional 5 (AI-5), o que trouxe difíceis momentos para as universidades<sup>13</sup>.

Com isso, Souza et al. (2010,p. 64) apontam uma reflexão de Paulo Freire (1992), na qual comenta que a extensão

[...] é um termo carregado de significações: transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação e outros termos. [...] é preferível utilizar a palavra comunicação, pois é na sua prática que sociedade e universidade poderão dialogar na busca de soluções para os problemas.

Quanto à Extensão Universitária, conforme sinalizado por Ramos, et. al.(2010, p. 176), no que compõe o I Fórum de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas no ano de 1987.

[...] é o processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece trocas de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência à produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (p. 176)

Nisso, percebe-se a importância na formação acadêmica dos estudantes no ensino superior o contato com a extensão universitária, promovendo assim uma aproximação com as camadas populares, pouco acessadas no espaço acadêmico. Vale ressaltar que a troca com o saber popular

---

<sup>13</sup> O AI-5 foi uma medida de o governo militar, diminuindo as liberdades no país.

é um critério transformador na formação do acadêmico, proporcionando assim uma reflexão acerca da prática profissional. Com isso, o acadêmico pode vislumbrar para além da discussão posta pela academia, ou seja, o saber científico.

Já na década de 1980 ocorre um fortalecimento da sociedade civil em conjunto com as classes populares, em oposição ao descrédito da sociedade política brasileira, embora esteja em construção a redemocratização do Brasil. Nesse contexto as universidades passam a redefinir suas práticas de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1989 acontece na cidade de Belém do Pará o Fórum Nacional de Pró Reitores de Extensão, tendo como pauta à questão da prestação de serviços. Mostram nesse encontro que a universidade pode fazer mais e melhor pela e para a sociedade, se puder contar com mais investimentos, seus resultados serão melhores quando a universidade se aproximar mais das comunidades.

Quanto ao chamado tripé: Ensino, pesquisa e extensão, Souza et al. (2010, p. 64), coloca

O ensino gera profissionais bem qualificados, mas estes só conhecerão os problemas sociais enfrentando pelas comunidades através do envolvimento em atividades extensionsistas. A pesquisa produz saberes e tecnologias que são usados como estratégias para o desenvolvimento local das comunidades e país, mas estes só beneficiarão a população se forem produzidos de acordo com as necessidades do país e se forem conhecidos pela sociedade. O diálogo entre universidade e sociedade se dá através da extensão universitária, fundamental para a construção de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. [...] a extensão universitária não é assistencialismo (prestação de serviços), nem mecanismo de contemplação do financiamento das Universidades e dos rendimentos de seus profissionais. É uma atividade acadêmica onde ocorre a troca de conhecimentos científicos e populares, mantendo o diálogo entre universidade e comunidade.

Vale ressaltar que esse momento de trocas de saberes, proporciona algo para a sociedade, que seria de obrigação das universidades públicas.

Com isso, abordaremos aqui o contexto do FORPROEX e FONAPRACE, instâncias essenciais para a discussão da vida acadêmica, dentre elas a permanência do estudante de baixa renda no ensino superior.

2.2.1. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior.

## FORPROEX.

No ano de 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Brasília, foi criado e implementado no dia 06 de novembro o Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX). Nesse encontro foram originadas as diretrizes conceituais e políticas de ação para as Instituições de Ensino Superior do país, bem como ao Plano Nacional de Extensão Universitária, desdobrando-se nos planos regionais e institucionais nas seguintes temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

A FORPROEX é uma entidade voltada para a movimentação e a definição de políticas acadêmicas de extensão com o comprometimento da transformação da sociedade, exercendo o exercício de cidadania e o fortalecimento da democracia.

<sup>14</sup>

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, articulado com ensino e a pesquisa, viabilizando a relação entre sociedade e universidade. Os objetivos do FORPROEX são:

- Propor políticas e diretrizes básicas que permitem o fortalecimento de ações comuns das pró-reitorias de Extensão e órgãos das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileira;
- Manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior e com os demais fóruns de Pró-Reitores, a fim de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da prática acadêmica;

---

<sup>14</sup> Trecho extraído do <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>, acesso em 01 de novembro de 2011.

- Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileira.

Foi criado o portal da Rede Nacional de Extensão (RENEX), sendo este um espaço de comunicação para dinamizar o trabalho em rede, proporcionando com isso, uma maior participação de colaboradores como pró-reitorias, órgãos de gestão da extensão e instituições ou movimentos cujo direcionamento seja para o desenvolvimento da extensão universitária. A rede é uma construção coletiva de sujeitos que se articulam voluntariamente.

#### FONAPRACE<sup>15</sup>

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) foi criado em setembro de 1987 na cidade de Belo Horizonte e instalado em Outubro do mesmo ano em Manaus. Surge a partir da articulação entre as Instituições de Ensino Superior, buscando com isso o estabelecimento de política nacional voltada à comunidade acadêmica. Assessora a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), nas discussões e ações, e tem como meta trabalhar a sistematização de proposta de política de assistência estudantil, de forma a garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos nas IFES, na perspectiva de inclusão, do direito social, e da democratização do ensino.

Ao serem realizadas duas pesquisas nacionais (em 1997 e 2004) sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, foi possível diagnosticar a situação dos mesmos. O resultado permitiu ao FONAPRACE apresentar para a ANDIFES a proposta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil das IFES, estabelecendo assim diretrizes norteadoras, visando definir programas e projetos, demonstrando aos órgãos

---

<sup>15</sup> Texto pesquisado nos históricos do FONAPRACE, em [http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com\\_content&view=article&id=53:historico-do-fonaprace&catid=35:docs&Itemid=27](http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=53:historico-do-fonaprace&catid=35:docs&Itemid=27), acesso em 01 de novembro de 2011.

governamentais a necessidade de se destinar recursos financeiros voltados para a Assistência Estudantil.

No ano de 2010, através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho, ficou sancionado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que dispõe sobre o apoio a permanência dos estudantes de baixa renda que estejam cursando o ensino superior em instituições federais públicas. Este plano tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades para estes estudantes e contribuir para a melhoria de seu desempenho acadêmico, visando assim o combate de repetências, bem como da evasão.

Consta em seu artigo 3º, que o PNAES deverá ser implementado, articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso demonstra que as ações do então chamado “tripé” são fundamentais na construção do conhecimento nas universidades. Conforme o § 1º da PNAES, as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas áreas de: Moradia Estudantil; Alimentação; Transporte; Atenção à saúde; Inclusão digital; Cultura; Esporte; Creche; Apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação<sup>16</sup>;

Fica às IFES a responsabilidade para definição dos critérios bem como da metodologia para selecionar os estudantes que serão beneficiados pelo PNAES. As ações para a assistência estudantil precisam considerar a necessidade do estudante, buscando assim viabilizar a igualdade de oportunidades. Os estudantes que serão atendidos pelas ações decorrentes do PNAES serão prioritariamente os oriundos da rede pública de ensino, com renda per capita familiar de até um salário e meio, não desconsiderando os requisitos fixados pelas IFES.

Dando prosseguimento, será agora abordado como se deram a estruturação e o funcionamento do PCS nas IFES.

## 2.2.2 Estruturação e funcionamento do Programa Conexões de Saberes

---

<sup>16</sup> Trecho extraído do Decreto, disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm), acesso em 01/11/2011.

O Programa nas IFES é composto por uma coordenação local, um grupo de bolsistas e voluntários que integrem as atividades estipuladas. A coordenação é formada por um coordenador geral, professor da universidade (preferencialmente com o título de doutor e com experiência em projetos de extensão, e/ou de pesquisa) além de outros integrantes parceiros tais como outros professores, técnico-administrativos, estudantes de pós-graduação *stricto sensu*.

O grupo de bolsistas é composto por, no mínimo 30 estudantes, sendo selecionados a partir dos seguintes critérios estabelecidos e definidos em âmbito nacional, tais como<sup>17</sup>:

*a) Critérios primordiais (foco da ação)*

- I. Soma da renda mensal dos pais ou responsáveis pela criação não superior a seis salários mínimos mensais, podendo ser reduzida de acordo com as especificidades econômicas regionais;
- II. Morar ou ser oriundo de espaços populares;
- III. Escolaridade dos pais ou responsáveis pela criação não superior ao ensino fundamental;

*b) Critérios Complementares:*

- IV. Proveniência de escola pública;
- V. Ser negro ou indígena
- VI. Ter histórico de engajamento em atividades coletivas cidadãs em suas comunidades de origem (BRASIL, 2007, p.8).

Com isso, conforme apontado no Termo de Referência, os critérios para seleção dos bolsistas, deve ser utilizada segundo as determinações:

- 1 – o critério I deve ser utilizado em todos os processos de seleção;
- 2 – é recomendável que os critérios II e III estejam contemplados na seleção, sendo imprescindível a utilização de pelo menos um deles.
- 3 – no total, pelo menos quatro critérios deverão ser contemplados no processo seletivo dos bolsistas, respeitando as orientações estabelecidas.

O estudante poderá permanecer por até dois anos no Programa. A universidade deverá oportunizar ao bolsista uma formação acadêmica ampla e plural: da teoria e metodologia de extensão e pesquisa, do domínio de técnicas instrumentais e discursivas e da estruturação e desenvolvimento de políticas públicas, de modo a ampliar e fortalecer o protagonismo do estudante as ações e comunidades populares. (Op. Cit, p. 9).

A gestão do programa se organiza em duas instâncias, a Coordenação Nacional – composta por coordenadores ou representantes do Programa nas IFES, membros da

---

<sup>17</sup> Dados extraídos do Termo de Referência para Execução no ano de 2007 do Programa Conexões de Saberes.

SECAD/MEC e do Observatório de Favelas. Tem como competência o planejamento estratégico e o desenvolvimento político-pedagógico do Programa Conexões de Saberes. E a Coordenadoria Executiva – Composta pela SECAD/MEC e o Observatório de Favelas, sendo responsável por traçar as diretrizes nacionais do Programa, promover a articulação político-institucional junto as IFES e acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações definidas no Termo de Referência.

### 2.2.3. O Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal de Santa Catarina (PSC/UFSC)<sup>18</sup>

O Programa Conexões de Saberes inicia na UFSC no ano de 2006, exercendo suas atividades junto à comunidade Serrinha, localizada nos entornos da universidade. Conforme consta no relatório, as ações de extensão foram desenvolvidas na comunidade, em conjunto com o fortalecimento da associação de moradores, buscando atuar em alternativas de desenvolvimento sustentável perante esses moradores.

O objetivo do PCS é assegurar a permanência dos estudantes de origem popular, pautando nos seguintes objetivos específicos:

- I. Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como com suas instituições;
- II. Criar estruturas institucionais e pedagógicas adequadas à permanência de estudantes de origem popular na universidade e à democratização do acesso ao ensino superior;
- III. Aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares; e
- IV. Coletar, sistematizar e analisar dados e informações sobre a estrutura universitária e as condições de acesso e permanência dos estudantes universitários de origem popular nos cursos de graduação;
- V. Estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Para abordar o PCS na Universidade Federal de Santa Catarina, serão analisados os Relatórios das atividades, disponíveis no endereço eletrônico do programa.

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.conexoes.ufsc.br>, acesso em 01/11/2011.

O Programa conta também com os seguintes eixos:

**Político-institucional** - visando o enraizamento do Programa na agenda política da instituição, contribuindo assim para a formulação de uma política local e nacional de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência de estudantes de origem popular na universidade. O Programa estabeleceu uma articulação com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação das Ações Afirmativas.

**De formação acadêmica** - objetivando a formação acadêmica dos estudantes de origem popular participantes do Programa como pesquisadores e extensionistas, para que pudessem atuar de forma qualificada, do ponto de vista social e técnico-científico, em diferentes espaços sociais, nas comunidades populares e na universidade.

**De interação comunidade e universidade** - propiciando a inserção dos bolsistas em projetos de extensão-ensino-pesquisa que promoveram o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade.

No início do Programa na UFSC foram determinadas algumas metas, tais como: ampliar aos bolsistas condições de permanência aos seus cursos com qualidade; sensibilizar junto aos atores que compõem a Universidade, a importância da democratização do acesso e permanência dos jovens EUOPs nas instituições de ensino superior; e contrapor o processo de favelização vivenciado pela comunidade da Serrinha, aproveitando as competências e capacidades dos moradores da comunidade. Para tanto, alguns projetos foram elaborados e integraram o Programa, com foco nas temáticas: Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente e Saúde, tendo como objetivos:

- Produzir e introduzir plantas (frutíferas e ornamentais, para horta comunitária) com potencial para reflorestar áreas degradadas;
- Desenvolver ações de temática sócio-ambiental que viabilizem o resgate da cidadania e o respeito ao meio ambiente;
- Ativar trilha ecológica na comunidade;
- Criar biblioteca comunitária;

Colaborar em atividades esportivas, de lazer e uso de espaços livres;  
 Resgatar o histórico da comunidade;  
 Orientar comportamentos de higiene dentária na comunidade;  
 Avaliar e orientar nutricionalmente a comunidade;  
 Construir um espaço de reflexão sobre os sentidos do trabalho e de atenção à família;  
 Realizar atividades pedagógicas e culturais;  
 Apoiar a Cooperativa da comunidade;  
 Produzir o livro Caminhadas de universitários de origem popular, relativo aos relatos e vivências dos bolsistas do programa na UFSC;  
 Produzir quatro artigos que comporão livros temáticos sobre temas definidos pela coordenação nacional do programa;  
 Oportunizar aos bolsistas do programa, na UFSC, espaço para reflexão quanto às políticas de acesso e permanência plena nas universidades públicas direcionadas aos estudantes de origem popular<sup>20</sup>.

No primeiro ano de atividades do Programa Conexões de Saberes na UFSC, os eixos e temas para atividades dos grupos de trabalhos foram divididos em quatro, sendo eles: 1- Condições de permanência de estudantes universitários de origem popular no espaço acadêmico, tendo como tema as bases sociofamiliares dos estudantes universitários de origem popular e as estratégias educacionais; 2- Práticas e saberes populares: interações com diferentes espaços sociais, como tema as Políticas sociais nas comunidades e ações da universidade (educação, saúde, meio-ambiente, trabalho e geração de renda, segurança); 3- Políticas públicas e juventude, tendo como tema a Educação e tecnologia: as novas formas de exclusão social; 4- Ações Afirmativas, diversidade e desigualdade na universidade, tendo como tema Gênero, raça e etnia: relações entre diferenças e desigualdades.

Nesse período o Programa estava vinculado a Pró Reitoria de Cultura e Extensão (PREC), e após a mudança de gestão ocorrida na universidade no ano de 2008, o mesmo passa a ficar vinculado com a Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE).

No segundo ano do Programa na UFSC conforme registro no Relatório de Atividades 2, fica compreendido entre junho de 2007 à maio de 2008, e as atividades de extensão continuam na comunidade da Serrinha. Houve também uma articulação com: o Programa Escola Aberta, o Pré Vestibular da UFSC e à Comissão de acompanhamento, implementação e avaliação das Ações Afirmativas.

---

<sup>20</sup> Texto extraído do Relatório de Atividades Ano 1, 2006-2007. O documento consta nos arquivos online, no site [www.conexoes.ufsc.br](http://www.conexoes.ufsc.br). Acesso em 28 de outubro de 2011.

Dentre os três eixos articulados, algumas ações valem destaque neste trabalho, visto que elas demonstram o que foi realizado pelo programa, aqui ressaltamos que os mesmo já foram mencionados.

Quanto ao **eixo político-institucional**, a ação aqui relatada foi à realização do Seminário Local: este encontro ocorreu durante o período de férias dos bolsistas<sup>21</sup>, na qual foram divididos em grupos por temáticas, de forma a serem aprofundadas. Foi realizada também a leitura dos livros da coleção *Caminhadas de universitários de origem popular*; o II Seminário Local, evento este que teve como principal objetivo discutir e socializar a importância do acesso e permanência dos EUOPs.

Nos anos de 2006 e 2007 foram realizadas coletas de informações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ingressos na UFSC nos respectivos anos, subsidiando assim a pesquisa (RE) *Conhecendo Diferenças*. Para tanto foram seguidos os critérios estabelecidos pela Coordenação Nacional do Programa, onde foram selecionadas as carreiras com maiores e menores relação candidato/vaga. Os cursos selecionados foram Medicina, Nutrição, Jornalismo, Ciências Biológicas, Direito e Arquitetura e Urbanismo (de maior corte) e Matemática, Filosofia, Física, Letras, Serviço Social e Biblioteconomia (de menor corte). No primeiro ano a pesquisa foi realizada com 853 calouros, e no segundo ano com 800.

A articulação Comissão de Acompanhamento e Avaliação e Implementação das Ações Afirmativas na UFSC inicia no período 2006/2007, com algumas ações articuladas. O vestibular 2007 da UFSC foi o primeiro após ser implementado o sistema de cotas para estudantes da rede pública e estudantes negros, e com isso, alguns bolsistas apoiaram a Comissão em algumas ações, tais como: Contato com IFES que já atuam com o sistema de Cotas (em especial a UERJ e a UnB); divulgação das informações em escolas públicas de ensino médio da Grande Florianópolis; em conjunto com o Pré Vestibular da UFSC foi montado nos dias do vestibular um posto de apoio no campus para atender aos candidatos cotistas, bem como as dúvidas decorrentes desse sistema adotado no vestibular daquele ano.

Quanto à formação acadêmica, os bolsistas foram incentivados a cursarem língua estrangeira; participação em eventos científicos, simpósios e congressos em especial nas áreas de formação – houve participação no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS)

---

<sup>21</sup> Termo utilizado para mencionar o estudante que compõe o programa. Em alguns espaços, inclusive meios eletrônicos também se utiliza do termo conexistente.

realizado em Guarapuava-PR, o III Seminário do Programa Conexões de Saberes realizado em 2008 na UFRGS em Porto Alegre-RS, e UFPR em Curitiba-PR, Seminário de Educação Ambiental na Escola Aberta em Brasília/DF.

Formação em Educação Ambiental: ministrado por membros da Sala Verde e articulados os bolsistas do Conexões de Saberes, Escola Aberta e Educação Ambiental, foram debatidos os temas meio-ambiente, Coletivos Jovens e Educação Ambiental, a ser posteriormente trabalhado com a comunidade.

Já no eixo de **interação comunidade e universidade**, as ações vinculadas aos projetos foram divididas em quatro áreas temáticas (porém não isoladamente), sendo elas - Socioambiental, Educacional, Saúde e Trabalho.

Quanto à área **Socioambiental**, os trabalhos forma subdivididos em dois sub eixos: comunidade e escola. Iniciado no ano de 2007, os encontros foram realizadas na Escola Desdobrada Municipal José Jacinto Cardoso (localizada na Serrinha). Com reuniões semanais integrada com os bolsistas do Conexões de Saberes e o projeto Sócio Ambiental da Serrinha, contaram com apoio do Departamento de Apoio à Extensão na UFSC. As aulas foram voltadas para a turma vespertina de ensino fundamental da terceira série. Além das atividades realizadas com os alunos, aconteceu também uma capacitação com os professores. Outro grupo que compõem essa atividade é o GESAD (Grupo de Estudo em Saneamento Descentralizado)

Quanto à área **Educacional**, foi dado prosseguimento nos estudos já iniciados em 2006/2007, na brinquedoteca e biblioteca comunitária, na qual sua sede ficaria num espaço na Casa São José. Este projeto se depara com algumas dificuldades e sua implementação passa a ser adiada. Outro momento foi o envolvimento e atuação dos bolsistas do Programa Conexões de Saberes com o Pré Vestibular da UFSC, inicialmente dando suporte como monitores, principalmente nas disciplinas de física e matemática. Outros bolsistas atuaram no apoio e orientações psicológicas.

Quanto à **articulação com o Programa Escola Aberta**, as ações ocorreram na forma de oficinas junto às escolas públicas, municipais e estaduais de Florianópolis, iniciadas no ano de 2007. As oficinas eram realizadas nos finais de semana, de forma a integrar a comunidade com o ambiente escolar (através de atividades artísticas, esportivas, culturais, etc.). Conforme sugestão do MEC, as atividades realizadas pelos bolsistas do Programa Conexões de Saberes são voltadas para os direitos humanos, leitura e meio ambiente. Em duas escolas municipais de

Florianópolis, foram elaboradas as oficinas “Reciclart” e “Varal Literário”. Já no ano de 2008 as atividades foram realizadas em quatro escolas, sendo três de Florianópolis, e uma de São José, e outras oficinas integraram esse momento, como “Brincando com os Contos”, “Baú de Histórias”, “Dentinho Malcriado”, “Artes circenses” e “Meio Ambiente”.

Já quanto à **área da saúde**, deu-se prosseguimento das atividades já iniciadas em 2006/2007, com atividades de orientação de higiene bucal na comunidade, bem como atendimento odontológico no Colégio de Aplicação, realizado com grupo de estudantes voluntários do curso de odontologia. Houve também um grupo que trabalhou com foco na atenção nutricional junto com as mulheres moradoras da comunidade Serrinha. Foram realizados curso de capacitação para agentes comunitários de saúde, bem como palestras na comunidade sobre paravirose.

A saúde sexual e reprodutiva foi outro foco de ação desenvolvido nesta área, com o projeto “Promoção da Saúde das Mulheres Gestantes e Puérperas”, com frequência semanal através de intervenção do Serviço Social (tendo como apoio do Serviço Social do HU, através da profissional que atuava junto com a maternidade do hospital, em atenção a essas mulheres na comunidade).

Na **área do trabalho** foi proporcionado suporte junto a Cooperativa da comunidade, principalmente na coleta de lixo seletivo.

No ano de 2007, estrutura-se o CLAMA – Comitê local de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação<sup>22</sup>. De caráter participativo, composto por representantes das IFES, instituições comunitárias, e dos bolsistas que integram o Programa. Deverá estar articulado com a Coordenadoria Executiva Nacional com o intuito de produzir, tratar, e disponibilizar informações quando solicitado.

Outros destaques cabem aqui serem sinalizados, como o II Seminário Nacional do PCS e o Fórum de Estudantes de Origem Popular, conforme elucidado.

#### 2.2.4. II Seminário Nacional do Programa Conexões de Saberes e o Fórum Nacional de Estudantes de Origem Popular (FNEOP)

---

<sup>22</sup> Conforme Termo de Referência para Execução do Programa Conexões de Saberes.

Aos quatro primeiros dias do mês de novembro do ano de 2006, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro o II Seminário Nacional do Programa Conexões de Saberes. Desse encontro foram condensados os anais na forma de livro, na qual será utilizado como referência para compor este sub item. Foi pensado em abordar aqui este evento, importante para elencar o Fórum de Estudantes de Origem Popular (FEOP), de interesse nesta pesquisa como instrumento de luta política do movimento estudantil dentro do Programa.

Devido à geografia do país algumas dificuldades foram encontradas, como a articulação nacional. Para tanto alguns mecanismos são necessários de forma a promover uma aproximação e articulação entre as 32 universidades que compõem o PCS. Uma forma de propiciar aos estudantes um contato maior com a amplitude do Programa pode ser contemplada através do Seminário Nacional. O primeiro encontro ocorreu em Recife no ano de 2005<sup>23</sup>, e em 2006, no Rio de Janeiro, contou com a participação de 1.259 pessoas credenciadas. O evento teve como título “Ingresso e Permanência de Estudantes de Origem Popular nas Universidades Públicas”, sendo este o eixo central do Programa.

Durante o momento de debate da Coordenação Nacional junto com os coordenadores locais, foi apontado que o programa se mostra como importante base de apoio para estudantes que ingressam nas universidades por meio das cotas ou outras ações afirmativas. A bolsa é um apoio concreto à permanência dos estudantes de origem popular nas universidades públicas. Outro ponto positivo do programa são os mecanismos para a melhoria do desempenho acadêmico dos bolsistas, o estímulo à produção acadêmica através da elaboração de pesquisas e edição de livros e o fortalecimento da autoestima dos estudantes de origem popular. Destacam-se ainda o fortalecimento das ações junto com a comunidade, através da articulação com o Escola Aberta e com estudantes do ensino médio, bem como com pré-vestibulares comunitários e com grande aprovação nos vestibulares, são apontados como pontos fortes do Conexões.

Para as discussões propostas no encontro, os participantes foram divididos em 28 Grupos de Trabalhos, estes divididos em quatro temas: 1) “As representações dos espaços populares (grupos populares) nas universidades e as representações da universidade nos espaços populares”; 2) “Desigualdade e diferenças: gênero, etnia e grupos populares na universidade”; 3) “Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade”; 4) “Juventude e políticas públicas (direitos

---

<sup>23</sup> O evento aqui não será abordado, tendo em vista que não foi encontrado relatos durante o tempo utilizado para compor esta pesquisa.

humanos, culturais, educacionais e lazer)”. Esses temas compõem a coletânea de artigos intitulada *Grandes Temas*, do Programa Conexões de Saberes.

Foram extraídas trinta e duas propostas levantadas pelos grupos de trabalho, sendo então divididos em cinco novos eixos: 1 – “ações institucionais de acesso e permanência de estudantes de origem popular na universidade”; 2 – “políticas de assistência estudantil”; 3 – “ações de apoio acadêmico”; 4 – “pré-vestibulares populares”; 5 – “políticas de ações afirmativas”.

No Seminário, ocorreu o encontro nacional do Fórum Nacional de Estudantes de Origem Popular (FNEOP), atuando nas questões que envolvem o acesso e a permanência dos EUOPs nas universidades públicas. Este também é um espaço criado para discutir e elaborar proposições para garantir esses direitos. A meta principal era organizar a estrutura do Fórum, além de criar uma agenda de ações. As discussões foram divididas em quatro temas, sendo eles: I) Plataforma política do Fórum; II) Estrutura do Fórum; III) Plataforma de Ação do Fórum; IV) Executiva do Fórum. Seu primeiro encontro aconteceu no 1º Seminário Nacional do Programa Conexões de Saberes, realizado em Recife no ano de 2005.

O FNEOP tem como objetivo a solidificação do Fórum como um movimento social, na luta pela defesa da universidade pública de qualidade e na implementação de políticas públicas que viabilizem o acesso e a permanência com qualidade. Outro ponto é a participação direta dos sujeitos envolvidos nas ações locais, regionais e nacionais, em defesa dos componentes da plataforma políticas contidos em sua carta de princípios.

Para o funcionamento do FNEOP, deverão ser seguidas as etapas locais, regionais e nacionais, que dispões:

**Fórum local:** tem o caráter de formar, construir e deliberar propostas, mapear políticas de acesso e permanência locais, com objetivo de contribuir para a construção nacional de uma agenda política de ações e proposições. Poderão contar com a participação das comunidades populares, estudantes e professores das universidades públicas e privadas, membros do ensino fundamental e médio, movimentos sociais e entidades civis que reconheçam a legitimidade deste espaço.

**Fórum regional:** tem o caráter de discutir, construir e deliberar as propostas, plataformas políticas e bandeiras apontadas nos Fóruns Locais. Poderão contar com a participação dos atores citados no item acima, tendo a seguinte divisão geográfica: a) Região 1 – Estados do Nordeste do país, b) Região 2 – Estados do Norte e Centro-Oeste, c) Região 3 – Estados do Sul e Sudeste.

**Fórum nacional:** tem o caráter de discutir, construir e deliberar as propostas, plataformas políticas e bandeiras levantadas pelos Fóruns Locais e Regionais. Defini ações coletivas e programa de atividade.

O Fórum tem em sua agenda propositiva as seguintes bandeiras:

- i) Políticas Públicas de Ações Afirmativas;
- ii) Assistência Estudantil;
- iii) Política Educacional Anti-Racista (implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008);
- iv) Extinção do vestibular como processo de acesso a universidade;
- v) Redefinição dos Conteúdos Acadêmicos de Ensino Pesquisa e Extensão
- vi) Revisão de Programas Federais como: Reforma Universitária, REUNI e PROUNI.

O FNEOP apresenta-se como espaço forte para um debate político, e no fortalecimento e/ou construção de um espaço de luta, buscando assim defender as bandeiras levantadas pelos estudantes nas universidades, em especial de origem popular. A luta estudantil é a bandeira principal do Fórum, visto que o mesmo foi criado de/ e para esses atores. A participação em espaços como do Fórum mostra-se enriquecedor na vida acadêmica, social e política dos estudantes universitários de origem popular.

Dando seguimento no debate, será agora abordado o Programa de Educação Tutorial, na qual passa a ser a nova modalidade do PCS.

### 2.3 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET) CONEXÕES DE SABERES

Apontando a experiência vivenciada no IV Seminário Nacional do Programa Conexões de Saberes, realizado em São Luiz do Maranhão/MA de 13 a 16 de dezembro de 2010, momento este na qual foi debatida a institucionalização do Programa através da inclusão dos princípios do Programa de Educação Tutorial (PET), traremos para a discussão a nova “modalidade” do Programa Conexões de Saberes.

Conforme edital nº 9 pet/2010(MEC/SESu/SECAD) dos novos grupos, em seu item 2.3, que dispõe sobre a Portaria MEC nº 591 de 18 de junho de 2009, contém as alterações da Portaria MEC nº 975 de 27 de julho de 2010, publicada em Diário Oficial da União do mesmo ano. Prevê a expansão de grupos PET, vinculados a políticas públicas de desenvolvimento, correção de desigualdades sociais e regionais. Serão criados nas IFES, grupos PET/Conexões de Saberes com os seguintes objetivos:

- Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares;
- Aprofundar a formação dos EUOPs como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, como na universidade e em comunidades populares;
- O edital tem como objetivo a criação de 150 novos grupos PET/Conexões, sendo eles distribuídos em quatro grupos por IFES: até dois que envolvam estudantes de graduação oriundos de comunidades populares urbanas; um grupo que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades do campo ou quilombolas; um grupo que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades indígenas.

Os grupos então passam a ser coordenado por um tutor, com titulação de doutor, para 12 estudantes de graduação, conforme disposto pelo PET. O pagamento das bolsas passa a ser efetuado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo repassado pela SESu e SECAD (atualmente SECADI, o “I” representa a inclusão). Isto foi um “ganho” para o Conexões de Saberes, visto que anualmente a grande dificuldade encontrada era a forma de garantir o pagamento das bolsas para os estudantes.

Com isso, conforme estabelecido na Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010, os requisitos utilizados para seleção dos bolsistas serão:

- a) estar regularmente matriculado como estudante de graduação;
- b) não ser bolsista de qualquer outro programa;
- c) apresentar bom rendimento acadêmico de acordo com os parâmetros fixados pelo colegiado máximo de ensino de graduação da IES; e
- d) ter disponibilidade para dedicar vinte horas semanais às atividades do programa.

Assim, são deveres estabelecidos para os estudantes: zelar pela qualidade acadêmica do PET; participar de todas as atividades programadas pelo professor tutor; participar durante a sua permanência no PET em atividades de ensino, pesquisa e extensão; manter bom rendimento no

curso de graduação; contribuir com o processo de formação de seus colegas estudantes da IES, não necessariamente da mesma área de formação, especialmente no ano de ingresso na instituição; publicar ou apresentar em evento de natureza científica um trabalho acadêmico por ano, individualmente ou em grupo; fazer referência à sua condição de bolsista do PET nas publicações e trabalhos apresentados; e cumprir as exigências estabelecidas no Termo de Compromisso<sup>24</sup>.

Esses elementos foram então muito debatidos ao longo do IV Seminário Nacional, visto que algumas atribuições dos grupos PETs (também referidos como PET tradicional) eram então contrárias as já estabelecidas pelo Conexões de Saberes, como o número de bolsistas, que reduziria de 30/40 estudantes, dependendo a quantidade de PET/Conexões por IFES; a meritocracia como instrumento de exclusão do acesso ou da permanência no grupo. Essa discussão perpassou por todas as discussões no espaço do FNEOP durante e pós evento.

Na plenária, os temas discutidos foram quanto à formação política, representação institucional dos bolsistas, possibilidade de alteração do edital (proposto pelo FNEOP, na construção de encaminhamentos para trabalhar o aperfeiçoamento do PET/Conexões, que entraria em vigor em janeiro de 2011, e pensar em um novo edital para o Programa Conexões de Saberes, que encerraria em dezembro de 2010), posicionamento diante do PET/Conexões e articulação nacional dos estudantes.

Na UFSC foram inscritos e selecionados três PET/Conexões, sendo dois para comunidades urbanas e um para educação no campo (não foi inscrito no segmento comunidade indígena). Dentre os dois grupos comunidades urbanas 24 estudantes compõem o corpo de bolsistas, sendo estes oriundos de diversos cursos de graduação.

As atividades que eram realizadas no Programa Conexões de Saberes continuam no PET/Conexões de Saberes, visando assim garantir a permanência do estudante na universidade, sendo elas:

**Grupo de estudos:** espaço na qual os estudantes debatem temáticas pertinentes a sua vida acadêmica, temas afins da sua condição na universidade, como a discussão sobre ações afirmativas, comunidades populares, acesso e permanência no ensino superior;

---

<sup>24</sup> Trecho extraído da Portaria nº 976

**Reunião semanal:** momento este para definir ações a serem executadas pelo grupo, acompanhar o processo dos estudantes na graduação e sua formação, como participação em evento, publicação de artigos, viagens acadêmicas, ou mesmo as dificuldades encontradas em disciplinas, de forma a garantir o êxito em sua aprovação;

**Curso de informática:** espaço destinado na garantia de algumas lacunas encontradas no processo de formação, sendo estes na elaboração de estatísticas, apresentação e formatação de trabalhos, entre outras necessidades nessa área;

**Curso de Língua Estrangeira:** proporcionado para o bolsista através de acordo entre ao PET/Conexões e o Departamento de Língua Estrangeira (Extracurricular), através de bolsa de estudo, na qual o mesmo pode suprir uma necessidade, bem como “exigência” velada na sua formação acadêmica, tanto na graduação quanto em um vislumbamento de mestrado e/ou intercâmbio.

**Curso de Produção Textual:** no segundo semestre de implementação do PET/Conexões, foi disponibilizado aos estudantes o curso de produção textual, de forma a suprir as exigências dos cursos de graduação, como a produção de artigos ou formatação de trabalhos acadêmicos, pautados nas normas da ABNT.

**Apoio pedagógico:** visando a aprovação do estudante ao final dos semestres, e com isso não possibilitar seu desligamento do PET, conforme necessidade trazida pelo bolsista é oportunizado ao mesmo um momento de apoio em sua formação, e caso haja uma necessidade de mais estudantes do curso, poderá vir a ser apresentado como contrapartida do PET para a comunidade acadêmica, como por exemplo, aulas de reforço de química, física, ou a demanda que for apontada pelo estudante.

Dentre os PET/Conexões de Saberes comunidades urbanas da UFSC, um desenvolve projetos junto ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), sendo eles: *Trajetórias* – atividade desenvolvida com lideranças comunitárias cadastradas no Núcleo, de forma a apontar sua trajetória enquanto liderança comunitária. E *Direito a ter Direitos* – atividade esta que será realizada através de aproximação e discussão com espaços de acesso aos direitos. Este projeto tem atuação desde 2010.

Durante o respectivo ano, alguns eventos contaram com a participação dos bolsistas e tutora do PET, tais como ENAPET – Encontro Nacional do Programa de Educação Tutorial, realizado na cidade de Goiânia/GO de 12 a 16 de julho (<http://www.prograd.ufg.br/enapet/>), o

SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (<http://www.unioeste.br/eventos/29seurs>) em Foz do Iguaçu, entre 22 e 24 de agosto; O CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (<http://www6.ufrgs.br/5cbeu/>) em Porto Alegre, de 8 a 11 de novembro; O Congresso Iberoamericano de Extensión Universitária (<http://www.unl.edu.ar/iberoextension/>), em Santa Fé, Argentina, de 22 a 25 de novembro. Esses eventos (exceto o ENAPET) contaram com a apresentação de trabalhos inscritos.

Dentre as mudanças que ocorreram no PET/Conexões, positivamente podemos citar a garantia do auxílio financeiro para os bolsistas, tendo em vista que este passou a ser um fator complicador durante a “renovação” do Programa na Universidade. Porém entre as “perdas” pode-se destacar a redução quantitativa de estudantes, os coordenadores apenas com titulação de doutor, e a meritocracia, conforme já citado anteriormente.

### **3. A VOZ DO SUJEITO: REFLEXÕES SOBRE HISÓRIAS DE VIDA DE ESTUDANTE DE ORIGEM POPULAR NO ENSINO SUPERIOR, A PARTIR DOS RELATOS DA COLEÇÃO *CAMINHADAS DE UNIVERSITÁRIOS POPULARES*.**

Para compor esta seção, serão utilizados os livros da coleção *Caminhadas de Universitários de Origem Popular*. Esta produção<sup>25</sup> relata a experiência dos bolsistas que passaram pelo Programa Conexões de Saberes, sendo publicados 14 livros no ano de 2006, 18 livros em 2007, e 19 livros no de 2009, totalizando assim 33 publicações.

Com isso, foi realizada uma pesquisa junto ao *site* do Observatório de Favelas, sendo este o local onde encontram-se disponibilizados online os livros publicados pelo Programa Conexões de Saberes: *Caminhadas de Universitários de Origem Popular* e *Coleção Grandes Temas*.

A proposta utilizada para a pesquisa foi selecionar, de forma aleatória, um livro por região, contemplando assim as cinco regiões geográficas na qual o país está dividido, sendo elas: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Assim, após obter os exemplares publicados, foram separados e organizados por região. Aleatoriamente foram escolhidos: para região norte – Universidade Federal do Pará (UFPA), para região nordeste – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para região centro oeste – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), para região sudeste – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), região sul – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

### 3.1. Região Norte - *Memoriais* da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Lançado no ano de 2006, o livro *Caminhadas da UFPA*, na parte da apresentação, Ney Cristina M. de Oliveira Pró Reitora de Extensão da Universidade Federal do Pará aponta que a UFPA é a maior dentre as federais em termos numéricos do país (36.891 alunos, em 2005), divididos em 10 *campi* em diversos municípios, inclusive no interior do estado. Em suma, relata “... a instituição está localizada em um espaço geográfico de enormes riquezas naturais, de uma complexa biodiversidade em seus ecossistemas e, ao mesmo tempo, em um contexto sócio-econômico-cultural de profundas e marcantes injustiças sociais” (p. 9). Isso demonstra a grande diversidade existente em um município vasto em riquezas naturais, em história e cultura, em contra partida, depara-se com desigualdades sociais.

Ney salienta que, quanto aos estudantes oriundos dos espaços de grande vulnerabilidade.

---

<sup>25</sup> . Os relatos publicados pelos estudantes são chamados “memoriais”, assim neste trabalho será tratado desta forma, contemplando a terminologia utilizada nas obras.

Seus alunos e alunas oriundos desse contexto, sujeitos dessa história, ao entrarem no interior precisam ter presente em sua formação que, muito antes de buscar apenas uma formação acadêmica e profissional, devem se colocar a serviço da mudança dessa realidade social, pois a transformação da qualidade de vida de todos os paraenses pode e deve ser o foco de todos os que passam pela instituição. (p. 9)

Com isso, coloca também que essa nova cultura universitária, torna mais democrática a academia, de forma a ser ocupada por atores que não faziam parte da mesma. Isso se reporta ao propósito do Programa Conexões de Saberes na UFPA, em dar voz aos estudantes, com perfis diferentes de determinada elite que sempre se apropriou desses espaços, evidenciando assim a história de vida desses estudantes, bem como evidenciar as possibilidades de discussão da função social da instituição.

O primeiro memorial aqui apontado é do estudante Raryston. Nascido em Tocantins, relata ter seu sonho em cursar medicina desde criança. Nessa fase, sua família muda-se para Minas Gerais, de forma a ficarem mais próximos de São Paulo, e com isso viabilizar o tratamento médico que um de seus irmãos realizara. Permaneceram no período de um ano, retornando após isto para Aliança/TO. Seu pai era caminhoneiro e com isso se ausentava com frequência do recinto familiar devido às inúmeras viagens. Sua mãe exerce função laboral através de atividades informais em trabalhos manuais, como costura e bordados, entre outros.

Quanto a sua infância explana

Em relação à minha infância, não posso reclamar, pois tive uma infância lúdica e tenho orgulho de dizer. Eu, meus irmãos e meus vizinhos sempre procurávamos improvisar nossos brinquedos de todos os modos. Tudo isso porque não era nada fácil conseguir os brinquedos de nossos sonhos de consumo na época. Assim, confeccionávamos carrinhos de lata e madeira, entre outras formas. (p. 87)

Percebe-se nesta fala, que apesar das dificuldades encontradas, sejam elas de cunho social e/ou financeiro, outros elementos são apresentados, como a importância de confeccionar o brinquedo na qual havia o desejo em partilhar com os demais, e a maneira com que se dava o valor para determinado elemento, como o brinquedo que era confeccionado por eles, não só o produto final, mas também o processo de elaboração do mesmo.

Com o início de sua adolescência, passou a se interessar pelos esportes, mas em especial pela natação, tornando-se atleta desta modalidade. Passou a ter destaque no estado do Tocantins, o que ocasionou sua ida para um clube renomado de Goiânia/GO. Isso fez com que o mesmo conquistasse alguns ganhos, como ser medalhista em campeonatos fora do país sendo este um momento marcante na vida de um menino de 13 anos, como relata.

Em meio a algumas dificuldades relatadas pelo mesmo, ao longo de sua trajetória de vida, coloca a sua visão quanto aos estudos:

Agora, chegou à hora de enfrentar a realidade de verdade. De um lado, eu via a desestruturação de minha família com a separação de meus pais (é, meus pais acabaram se separando novamente) e, de outro lado, veio à perda cada vez maior de nossos bens materiais. Isso me colocava como única alternativa de ascensão social os estudos. (p. 91)

Para manter-se financeiramente, já no período em que se preparava para os vestibulares, o mesmo trabalhara como serviços gerais. Fez cursinho pré-vestibular por cinco anos, com apoio da família e dos professores do cursinho. Para chegar às aulas viajava 140 km com transporte da prefeitura, porém como o mesmo era destinado aos universitários, caso não houvesse acento disponível, precisava ir em pé, ou não prosseguir quando existia fiscalização. Relata também que algumas viagens para realizar os vestibulares eram feitas através de carona com caminhoneiros conhecidos seus, o que era de grande aventura, pois chegou a viajar com motoristas viciados em cocaína.

Com isso, relata a sua trajetória até chegar seu ingresso no ensino superior.

Foram cinco anos de dedicação, disciplina e, acima de tudo, perseverança e insistência. Graças a **Deus**, após 27 vestibulares, 150.000km percorridos para sair de minha casa e estudar em São José do Rio Preto-SP (além das distâncias percorridas para chegar aos locais de prova: 8 vezes para Belém-PA; 2 vezes para Imperatriz-MA; 1 vez para Barra do Graças - MT; 3 vezes para Uberaba-MG; 1 vez para Marília-SP; 2 vezes pra Três Lagoas-MS; 1 vez para Maringá-PR; 3 vezes para Goiânia-GO e 6 vezes para Rio Preto-SP), 10 meses de trabalho braçal (varrendo rua, catando lixo, fazendo cova para defunto, carregando caminhão com esterco, entre outras tarefas), inúmeras viagens numa boléia de caminhão (4 ao todo) para ir a Belém prestar vestibular, dentre outras dificuldades pelas quais eu passei, consegui ser aprovado no curso de Medicina, no vestibular da Universidade Federal do Pará (p. 93-94)

E frisa: “Dancei o jogo do sistema excludente que prevalece em nossa sociedade, que valoriza o mérito pessoal e a competição entre indivíduos, e alcancei uma conquista”. Isso demonstra que, apesar das dificuldades encontradas, não perde seu foco, que é ingressar em uma universidade pública, em um curso de grande prestígio social. Sua persistência e dedicação aos estudos fizeram com que o mesmo alcance seu objetivo, que é cursar a faculdade de Medicina, na universidade que sua mãe comentou que um dia ele estudaria, conforme exemplo de seu primo, relatado por ela na infância de Raryston. Neste memorial, o mesmo aponta sua trajetória até ingressar no ensino superior, não menciona o processo na academia.

Outro memorial é de Manoel Fonseca dos Santos Júnior, estudante de Letras. Nascido em Currealinho, cidade situada na ilha do Marajó, a 12 horas de barco de Belém. Caçula de 13 filhos relata que através do desejo de seus pais para que os filhos tenham melhores condições de estudar, mudam para Belém. Alguns de seus irmãos que terminavam o ensino fundamental migram antes de toda a família.

Alguns acontecimentos são apontados por ele: violência no bairro e na escola, escola como referência e prêmio ganho da UNESCO, isolamento do mesmo com outros colegas e primeira paixão na quinta série (diz que a mesma só aceita a namorar com ele quando formar-se, fato importante visto que não pensava em concluir o ensino fundamental, mas aceita o desafio de se encontrarem na universidade), morte de um de seus irmãos em um afogamento, acidente de carro que impede seu pai de voltar a trabalhar como servente na UFPA.

Aponta um desejo: prestar vestibular para Ciências Biológicas, vislumbrando Medicina. Durante a quinta série precisou colaborar com o orçamento doméstico, começando a trabalhar na feira, fez também sandálias, sapatos, desenhou e abriu letreiros, além de faixas, nomes de restaurantes e bares, e trabalhou em uma farmácia.

Outro momento de dificuldade apontado foi à operação de apendicite na qual teve que passar as vésperas do vestibular. Como a família não obteve sucesso para que o mesmo realizasse a prova enquanto estivesse internado, e, após sua alta, mesmo com algumas dores, fez a prova da primeira etapa do vestibular. Após ter a confirmação de sua aprovação, descreve ter se dedicado intensamente para a segunda etapa. No seu quarto vestibular então foi aprovado para o curso de Letras.

Em alguns segundos não tinha mais cabelo. Eu havia sido aprovado na Universidade Federal do Pará. Olhei para o me pai, minha mãe e meus irmãos e

vi nos olhos deles o mesmo orgulho e felicidade que transbordava nos meus. Aquilo não tinha preço. Cumpri, junto com todos eles e com Deus, mais uma etapa de meus objetivos. Deus honrou o que disse também no salmo 125: “Os que confiam no Senhor nunca são desamparados”. (p.182)

No seu processo acadêmico, aponta algumas frustrações encontradas, como a quebra da imagem idealizada que possuía da universidade antes de seu ingresso. Porém, dentre o que encontrou, explana

Assim, as oportunidades foram aparecendo: ganhei bolsa para fazer parte e um projeto que tem como um dos objetivos melhorar a situação dos estudantes oriundos das camadas populares dentro e fora da universidade e criar mecanismos para possibilitar oportunidades para os que queiram entrar. Vi nesse projeto uma forma de ajudar aos que lutam para vencer as lutas contra toda forma de impedimentos sociais, políticos e econômicos impostos por esse sistema injusto e desigual implantado no mundo inteiro. (p. 183)

E continua,

Fui chamado para trabalhar em vários cursinhos, entre eles um comunitário que já ajudou dezenas de jovens carentes a chegar à universidade. O dinheiro da bolsa me ajuda a pagar as despesas com livros e apostilas. Aos poucos vou construindo meu espaço sem esquecer da minha raiz e do meu compromisso social e humano e que, se Deus quiser, irei cumpri-los, assim como Ele cumpriu suas promessas comigo. (p. 183)

E conclui com a seguinte frase: “A consciência de classe é algo que só a consciência cultural pode abordar e compreender”. Com isso, encerra a história de Manuel Jr., filho do Sr. Manuel e Sra. Domingas, encontra algumas dificuldades em sua vida. Espelha-se em seu irmão através do desejo de ser professor, e após quatro vestibulares, ingressa no curso de Letras na UFPA. Sua religiosidade aparece com grande força em seu relato, isso demonstra que o mesmo utiliza sua fé como mecanismo que o “centra”, buscando seu foco, no caso, o ingresso na universidade pública.

O terceiro memorial abordado é de Claudemir de Araújo Silva, estudante de Medicina Veterinária, UFPA campus Castanhal. Inicia seu relato apontando as lembranças de sua infância, no interior do município de Viseu-PA, em uma vila chamada Marataúna, na qual estudou da primeira a quarta série do ensino fundamental. Filho de agricultores auxiliava sua mãe nas atividades diárias, quando não estava no colégio, tanto em casa quanto no pequeno sítio da família. Mudam-se para Viseu, sede do município, de forma a possibilitar a continuação dos

estudos, já que a escola anterior só possibilitava os estudos até a quarta série do ensino fundamental. Seu pai trabalhava em uma empresa de mineração no sul do estado, o que acarretava permanecer pouco tempo com a família, passando apenas dois meses por ano, conforme relato.

Sua irmã muda-se para Castanhal para cursar o ensino médio na Escola Agricotécnica Federal de Castanhal (EAFC). Com a conclusão do ensino fundamental, seu dilema era permanecer no município, que só ofertava o magistério, ou mudar-se para outra localidade. Com isso, cogita a hipótese de seguir como sua irmã, e se inscrever na seleção da EAFC, visando ser aluno do internato, já que sua irmã estava prestes a concluir os estudos, morava na casa de uma família e trabalhava. Sua pontuação lhe garante o semi-internato, porém conquista o internato após entrar com processo junto à diretoria, e com o deferimento, passa então a prestar serviços para a escola durante a semana no refeitório. Precisava ter bom desempenho nos estudos, pois uma reprovação poderia ocasionar a perda da bolsa no internato.

Ao final do ensino médio, sua família muda-se para Castanhal, com isso, a saída do internato e o retorno à casa da família ficou facilitada, bem como o processo para ingressar na universidade. Após reprovação na segunda etapa para o vestibular em Ciência da Computação, inicia um estágio no município de Mojú, em uma empresa o Bando Real-Agropalma, na qual permaneceu por quatro meses. Nesse período, coloca que não pôde prestar vestibular para Medicina Veterinária na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCPA), atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). No ano de 2001, alcança o almejado curso de Medicina Veterinária na UFPA, sendo o nono colocado.

Sobre sua trajetória acadêmica, relata:

Minha vida acadêmica tem sido muito, turbulenta, pois sou do tipo que quer abraçar mundo com as pernas, sempre gostei de estar envolvido em encontros estudantis, semanas acadêmicas, bem como em outros grupos de discussão que discutem o social e o científico. Como sou de um curso considerado de elite, não posso deixar de estar a par das novidades da área, seja em forma de artigo científico, seminários, palestras, etc., bem como assuntos que dizem respeito à educação superior e à política atualmente praticada no país. (p. 144)

E conclui:

Hoje faço parte do projeto CONEXÃO ES DE SABERES, no qual espero poder desenvolver um bom trabalho. A exemplo do que faço em outros projetos sociais e educacionais, o PROJETO CABANOS, que proporciona o acesso de estudantes carentes a um cursinho pré-vestibular, visando aumentar a inclusão de alunos carentes, oriundos de escolas públicas, à educação superior, aumentando a chance de ingressarem na tão sonhada universidade. Haja vista que o ensino das escolas públicas não atende aos requisitos exigidos pelos conteúdos programáticos repassados aos alunos vestibulandos. (p.144)

A preocupação, o retorno indireto à comunidade, como a exemplo o pré-vestibular voltado para estudantes carentes, demonstra uma característica do Programa Conexões de Saberes, assim como os espaços de discussão na qual o mesmo relata estar inserido como os grupos que visam discutir o social e o científico.

Algumas informações são comuns perante os memoriais apontados, como a migração para outra localidade, buscando através dos estudos, melhorias para a família e um futuro diferente através da educação.

Com isso, apontamos Ney Cristina para finalizar essa subseção.

[...] o começo com um papel feito de papel de pão, a perda de pais, mães, histórias particulares e ao mesmo tempo tão comuns, que são o testemunho da coragem desses grandes sujeitos.

Todos os que aqui se mostram registram experiências de vida e histórias do coração e anunciam horizontes, conexões e novos sentidos para a universidade pública, com a consciência de que é preciso andar de “mãos dadas” para lutar por uma universidade cidadã e uma sociedade menos desigual (p. 11).

Com isso, passamos para a região nordeste e os memoriais relatados da Universidade Federal da Pernambuco.

### 3.2. Região Nordeste – *Memorial* da Universidade Federal de Pernambuco

Também lançado no ano de 2006, o primeiro memorial aqui apontado é de Paula Taciana S. da Rocha, estudante de enfermagem, intitulado *Histórias de uma vida*. Inicia sua história relatando algumas mudanças que sua família realizou na busca por melhores condições de emprego para seus pais, sendo que por último, retornaram para Recife.

Sua família é composta por 10 filhos, 6 homens e 4 mulheres, sendo Paula e sua irmã gêmea as caçulas desta família. cursou o ensino fundamental em escola particular, porém seu ensino médio foi cursado na escola técnica federal, na qual foi aprovada em concurso.

Seu sonho de infância era cursar medicina. Prestou seu primeiro vestibular para este curso, sem sucesso, posteriormente para odontologia e enfermagem, novamente sem aprovação. Após um ano de cursinho pré-vestibular, foi aprovada no vestibular para enfermagem na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade de Pernambuco (UPE). Com isso, explica:

O sonho de cursar Medicina é algo que ainda me guia, mas aprendi a gostar de Enfermagem e pretendo terminar o curso. O amplo papel do profissional de Enfermagem, que, na maioria das vezes, não é reconhecido, me fez gostar do curso, mesmo que, em comparação à classe médica, seja marginalizado. (p. 70)

E conclui:

Optei pela UFPE pelo fato de morar perto da universidade, por perceber que teria menos gastos estudando perto de casa, e também pesou o fato de a UFPE ser uma das melhores universidades do país. Foi assim que entrei na UFPE. Hoje estou cursando o quarto período e sou integrante do projeto *Conexões de Saberes*, onde atuo no Morro da Conceição, com aulas de Biologia para a comunidade. (p. 70)

Em seu relato, aponta a importância da educação colocada pela família, desde o que foi passado por seus pais, pelo apoio que recebera de seus irmãos. Devido às condições financeiras da família não permitir que as gêmeas continuassem em colégio particular, conseguiu ingressar no ensino médio da Escola Técnica Federal. Grandes foram as conquistas relatadas nesse memorial.

Outro memorial levantado é de Renilda Maria da Costa Cabral, estudante de Pedagogia, intitulada *Foi um tempo que ao tempo não pertence*. Filha de feirantes relata que vivia um movimento pendular com seus pais, no percurso casa e local de trabalho, no seu caso era semanalmente. Possui oito irmãos, e relata que residiu até seus treze anos em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata Centro a 55 km de distância da região metropolitana. Perdera sua mãe em 1981 e seu pai em 1987, volta a morar em Recife nesse mesmo ano. Boa parte de seus irmãos tem cursado até a quarta série do ensino fundamental. Seus irmãos seguiram na profissão de:

empregadas domésticas, motorista de ônibus, mestre de obras, e feirante. Relata que grande parte de seus irmãos não concluíram o ensino fundamental, sendo que dois concluem o ensino médio.

Quanto a sua infância, aborda a seguinte lembrança:

Minha infância foi muito boa, o quintal de nossa casa era, e ainda é, muito grande e nós brincávamos de tudo: de balança; de esconde-esconde; de corre-pegas; de fazer esteira com minha avó. Brincava também de boneca na calçada de casa; de barra bandeira; de esconder com minhas amigas de infância de minha rua [...]. (p. 71)

Aponta também em sua trajetória a lembrança de seu primeiro colégio, cursado na escola Professora Amélia Coelho, ficou encantada, pois além de ser grande, possuía espaço para “tudo”: brincadeiras, quadra de esporte, lanchonete, sala de datilografia, atividades de práticas comerciais.

Já o ensino médio, aponta.

[...] foi feito no Ginásio Pernambucano, em Recife. Esse colégio me despertou para o vestibular, pois até então essa possibilidade era muito distante. Continuei a estudar e, no terceiro ano, comecei a fazer um cursinho que não era pago. Quando os professores faltavam, os alunos davam as aulas.

Este incentivo foi importante para Renilda, tendo em vista que a mesma, após conseguir a isenção de 50% taxa da taxa de inscrição do vestibular, inscreve-se para o curso de Pedagogia, na qual é aprovada. Devido às dificuldades (principalmente financeiras) encontradas em se manter na capital já que era do interior, através de uma amiga é informada sobre a casa de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, e viu a possibilidade de permanecer na capital e com isso concluir o ensino superior, conforme relata. É aprovada, conforme critérios estabelecidos:

Ao fazer a seleção para a moradia, fui aprovada pelos critérios estabelecidos que eram o de ter a renda até 3 salários mínimos e não residir na região metropolitana. Passado o sufoco de onde morar, o que vestir, comer tirar cópias e comprar livros, entrei no Núcleo e Pesquisa em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Esse núcleo de pesquisa, localizado no Centro de Educação da UFPE, tinha como objetivo trabalhar com os movimentos sociais, MST (Movimento Sem Terra), através do PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária), e tinha como parceiro o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), a FETAPE (Federação dos Trabalhadores de Pernambuco), Sindicatos Rurais e Programa Alfabetização Solidária, com financiamento do Governo Federal (p. 72)

Essa experiência foi importante para a formação de Renilda, pois passa a participar de um projeto de escolarização dos funcionários da universidade, alfabetizando quarenta profissionais no período de dois anos, na qual realizou seu estágio. Quanto a esta reflexão, aponta ainda: “esse encontro com os movimentos sociais despertou em mim a consciência da dívida histórica que o Brasil tem com as camadas populares, com os sem-teto, os sem-casa, sem saúde, com a população indígena da qual faço parte, enfim, os sem nada.” (p. 73).

Por fim, conclui.

Dentre esses acontecimentos, uma das coisas boas que me aconteceu foi o projeto Conexões de Saberes, onde me reconheci e me identifiquei pela proposta de fazer com que as classes populares possam estudar e se manter na universidade. Por isso, me sinto tão integradas porque faço parte da classe popular e luto desde sempre, não apenas para cursar universidade, mas para construção de um mundo mais digno e rico para todos. (p. 73)

Isso demonstra como a aproximação e participação de grupos populares, movimentos sociais engrandece a formação acadêmica do estudante, principalmente de origem popular, na identificação e construção de sua identidade, como integrante desses espaços populares.

O último memorial aqui apontado é de Maurício Francisco de Oliveira, estudante de Engenharia Civil, intitulado *A engenharia da vida*. Inicia seu memorial informando que nasceu em Guarulhos/SP, que é filho de Pedro e Maria José, irmão de Mônica e Murilo. Iniciou a vida escolar na Escola Estadual de Primeiro Grau do Sítio São José, cursando assim a primeira série. Neste mesmo período o Governo do Estado implementou o programa para a permanência dos estudantes de primeira e segunda série em período integral no colégio, na qual o mesmo permanecera.

Sua família muda-se então para Recife, sendo um grande desagrado a ele ainda na infância, de forma que o mesmo não queria deixar seu ambiente escolar. Já em Recife, seu pai inicia a vida laboral como comerciante; Maurício com nove anos, como destaca, passa a vender picolés, doces e salgadinhos, de forma a contribuir com suas despesas familiares. Sua terceira série, como recorda, é cursada na Escola Caio Pereira, na qual consegue vaga na turma de alunos veteranos, o que passa a ser dificultoso tendo em vista que seus colegas de classe tinham idades que variavam de treze a vinte anos. Neste período trabalhava pela manhã e estudava à tarde. Seu ensino médio é realizado em outra escola, visto que a anterior só ofertava o ensino médio noturno.

O alto índice de violência em sua comunidade era elevado, o que o obrigava a “não buscar divertimento longe de casa” como descreve. Porém não são apenas os momentos difíceis que o mesmo aponta ter vivido neste período:

Mas não foram apenas experiências ruins que ali viveu, quando aparecia um dinheirinho extra, ele e seus colegas iam ao cinema e ao teatro, o que era maravilhoso. Na época dos jogos escolares todos se uniam para torcer pela escola, era uma semana inteira de jogos, desde futebol, vôlei, handebol, dentre outros. (p.62)<sup>26</sup>

Apesar de possuir bom rendimento escolar, e ter conseguido boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não se sentiu preparado para prestar o vestibular no mesmo ano em que concluíra o ensino médio, optando então deixá-lo para o ano posterior.

Seu ano preparatório para o vestibular foi “pesado”, conforme coloca. Matriculou-se no pré-vestibular ofertado pelo colégio Neo Planos. Trabalhava pela manhã em uma lotérica e à noite ia para a aula. Suas aulas eram lecionadas também nos sábados e domingos. Ao inscrever-se para o vestibular, sua indecisão era entre Ciência da Computação e Engenharia Civil, optando então pelo primeiro curso, na Universidade Federal de Pernambuco. A tensão somada à crise de ansiedade, como coloca, em seu primeiro vestibular foram fatores que o prejudicaram no primeiro dia de prova, fazendo com que o mesmo chegasse desacreditado no dia seguinte. Ao final, não consegue ser aprovado para a segunda fase.

Decide no ano seguinte estudar por conta própria com o material já adquirido, e prepara-se para Engenharia Civil, na qual possuía maior afinidade. Conseguindo 75% de isenção da taxa do vestibular, e ao terminar as provas é aprovado no supracitado curso.

Algumas dificuldades são encontradas por ele ao ingressar na universidade, por exemplo, ao se deparar com o curso integral, o que impediria o mesmo de trabalhar. Para o estágio, só poderiam ser “liberados” estudantes a partir do término do quarto período, após Ciclo Geral do curso. Passou no concurso público da prefeitura da Cidade de Recife para ser Agente de Saúde Ambiental (ASA), mas não pôde assumir o cargo devido o choque de horário com as disciplinas. O apoio financeiro vinha de seus irmãos, o que colaborava com o custeio de fotocópias e os lanches.

---

<sup>26</sup> Maurício escreve seu memorial o colocando na terceira pessoa.

No sexto período, consegue uma bolsa de iniciação científica pelo CNPq, o que possibilitou, juntamente com o estágio, manter suas despesas. Realizou suas pesquisas sobre a reação de álcali-agregado, o que lhe oportunizou fazer um estágio de um mês em Goiânia/GO, possibilitando ampliar seus conhecimentos. Nesse período ficou hospedado na Casa do Estudante da Universidade Católica de Goiás.

No início de 2005, passou a ser bolsista do *Conexões de Saberes*, projeto do qual participam 25 bolsistas de Pernambuco, todos oriundos de comunidades de baixa renda e que tenham estudado em escola pública. O projeto visa estabelecer diálogos entre as comunidades populares e a universidade. Atualmente, atua na Região Metropolitana do Recife; no Morro da Conceição, com o *Projeto Crescendo no Morro*; em Peixinho, com o *Projeto Peixarte*; em Casa Amarela, no *Centro de Comunicação Social da Juventude*; na Iputinga, com o *Projeto Habitacional Dom Helder Câmara*; no Monteiro, com *Inclusão Digital na Escola Estadual Silva Jardim* e em Chico Mendes, com o *Micro-Crédito Habitacional e Produtivo*, do qual faz parte com outros colegas. (p. 64)

Sobre o projeto em Chico Mendes, na qual o mesmo está inserido, relata que este tem por objetivo oferecer micro-crédito aos moradores, de forma que os mesmos possam realizar pequenas melhorias em suas casas. Com isso, os bolsistas do programa além de terem participado da pesquisa, com objetivo de traçar o perfil socioeconômico da região, ajudarão também os moradores elaborando projetos “arquitetônicos, urbanísticos e construtivos”. Relata em seu memorial que poderá contribuir com a sociedade através dos conhecimentos adquiridos na universidade.

Em seu relato, demonstra que o apoio da família, apesar das dificuldades financeiras, não abalou seu objetivo, mesmo que em determinado momento sentir o desejo em trancar a graduação. Teve ainda como experiência laboral, o trabalho junto com o IBGE de 2000, o que lhe possibilitou posteriormente trabalhar pela Prefeitura da Cidade do Recife, no cadastramento dos moradores para receberem o Cartão SUS. Nesse processo deparou-se com situação de vulnerabilidade mais intensa do que a sua.

Dando prosseguimento, passamos para a região centro-oeste e os memoriais relatados da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

### 3.3. Região Centro-Oeste – *Memorial* da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Para esta subseção será abordado o livro da UFMS, publicado em 2006. O Programa Conexões de Saberes na UFMS foi desenvolvido no Campus do Pantanal, localizado em Corumbá, na qual existe o Centro de Referência de Estudos da Infância e da Adolescência (CREIA/UFMS), e como possui um número expressivo de jovens com o perfil do Conexões de Saberes, tendo como objetivo “preparar jovens universitários de espaços populares a fim de desenvolver suas potencialidades para que possam produzir conhecimento científico e intervir como protagonistas de ações coletivas em seus territórios de origem” (p. 15). Pretendem com isso, viabilizar a permanência destes estudantes, de forma qualificada no ensino superior, preparando-os para atuarem junto aos executores de políticas públicas, assegurando assim um maior número de jovens de origem popular nas universidades públicas, contribuindo assim com a democratização da educação brasileira.

Sendo assim, este livro apresenta um desafio nesta pesquisa, tendo em vista que os memoriais não estão separados como nos demais livros. Nesta obra os relatos encontram-se separados em três partes: *Quem são os bolsistas do Programas Conexões de Saberes na UFMS?*, *Mosaico de vida* e *Roda de Conversa*. Desta forma, não será aqui abordado três memoriais, como foram realizados nas outras regiões, mas analisado conforme disposição dos relatos.

Para iniciar este livro, Carmen Adélia, Catarina Maria e Josile Saad, coordenadoras do Programa Conexões de Saberes da UFMS resumem o que é a proposta deste livro:

Este livro não pretende ser apenas fragmentos de vida, relatos de trajetórias dos acadêmicos Bolsistas de comunidades populares que chegaram até a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Busca ser, antes de tudo, um elemento que estimule pensar e refletir sobre as graves questões sociais que vêm repercutindo na educação e em outros setores da sociedade (p. 17).

Com isto, apontam que o Programa Conexões de Saberes terá um lugar de experiências concretas partindo de implementações de ações voltadas para aprimorar o conhecimento científico cultural e das políticas públicas, oportunizando a “conexão de saberes entre espaços universitários e o popular.” (p. 19).

Na primeira parte - *Quem são os bolsistas do Programa Conexões de Saberes na UFMS?*, consiste mais em uma apresentação dos vinte e seis bolsistas do programa, que brevemente

relatam sua trajetória de vida, principalmente escolar. Como por exemplo, Alexandre Francisco da Silva – no ano de 1988 inicia sua alfabetização, em 2000 concluí o Ensino Médio e em 2001 ingressa na universidade.

Lauriene Mendes Moraes – nascida em Corumbá-MS, membro de uma família de onze irmãos, criada por sua avó Celestina boa parte de sua infância, e após conclusão do ensino médio, cursou o Cursinho Popular Pré Vestibular, ingressando no ano de 2005 para o curso de Pedagogia na UFMS. Ou Vânia G. Palma – quarta filha de uma família de cinco irmãos relata que seu ensino fundamental foi marcado pelo gosto pela História e, influenciada pela mãe por leituras dos clássicos infantis, desenvolveu esse hábito que a acompanha; após ficar dois anos sem prestar o vestibular, com o término do ensino médio, é aprovada no curso de Pedagogia em 2004.

Na segunda parte, *Mosaicos da Vida*, os bolsistas relatam mais sobre sua trajetória de vida, como a exemplo de Antônio Cleber, que divide sua história em: *Infância*: a trágica perda de seu pai vítima de câncer, sua alfabetização com muito carinho e amor, apesar da situação financeira da família; *personalidade*: considera-se extrovertido, dinâmico e hiperativo, na qual desde criança desenvolveu habilidades musicais; *família*: após a perda de seu pai, foi criado por sua mãe Elena, e coloca que mesmo enfrentando dificuldades, fraquezas e alegrias, pôde dividir tudo com a família; *universidade*: foi aprovado no segundo vestibular que prestou, sendo este um momento surpreendente, coloca que este momento é tempo de maiores transformações.

Danieli e seus três irmãos, que residiam ao lado da casa de seus avós, e relata a lembrança dos encontros de família; o divórcio de seus pais, o falecimento de sua avó e a partida de seu avô que foi residir com outra filha (no caso, sua tia); seus irmãos não concluíram o ensino fundamental. Dois de seus irmãos mudaram-se para Dourados-MS no ano de 2004, e no ano seguinte sua mãe. E Darlene, garota simples, alegre e extrovertida. Seu pai é aposentado e mãe do lar; possui mais onze irmãos, na qual relata que os dez primeiros tiveram que trabalhar cedo para colaborar com o orçamento doméstico. Sempre recebeu o incentivo da família para estudar, e informa ser a primeira da família a ingressar na universidade, o que aconteceu um ano depois com sua irmã. Frequentou um curso comunitário pré-vestibular, e no ano de 2004 foi aprovada para o curso de Pedagogia na UFMS.

Na terceira e última parte, *Roda de Conversa*, Rosângela Villa da Silva relata como foi à experiência da oficina vivenciada para construção deste livro:

Falar de nossos sonhos, alegrias, tristezas, amizades, pais, saudades, famílias, escolas, dificuldades, frustrações, esperanças, dentre outros temas, é sempre um momento de desabafo e confiança quando feito entre amigos, num grupo de pessoas com afinidades entre si.

Havia momentos nas oficinas em que eu sentia mobilização dos bolsistas para a reflexão de suas próprias vidas, era como se estivessem avaliando cada um a sua própria trajetória, os momentos de alegria ou desânimo, esperança e descrença que transformaram cada um naquilo que são hoje.

Descreviam seus sonhos e suas aspirações no que ainda poderão conquistar no futuro, relembram a luta diária de uma infância pobre tentando vencer os obstáculos e superar os preconceitos pelos quais passaram, e, acima de tudo, tecendo determinações e ambições que os acompanharam no dia-a-dia: as de acreditarem que é possível constituir o próprio futuro a partir a educação e do aprimoramento diário de cada um como ser humano. (p. 69).

Com isso, aponta alguns relatos oriundos destas oficinas, como Gonçalina Francisca de Oliveira e sua esperança de dias melhores após ingressar na universidade no curso de História, bem como o respeito de algumas pessoas que, anterior a este momento, não o faziam. Ou mesmo outro destino que deu a sua vida, diferente dos até então vivenciados pelas mulheres de sua família, que era o de casar aos dezoito anos e logo terem seu primeiro filho, resolveu então voltar-se para a definição profissional, o que era de mais importante passado por sua mãe.

Outro relato apontado é de Vanessa dos Santos Gomes, estudante de Geografia, e a mudança positiva que sua vida teve após ingressar na universidade, sendo esta a realização de um sonho. Apesar de algumas dificuldades encontradas no seu primeiro ano na universidade, como o preconceito por parte de outros colegas devido às diferenças sociais da mesma e outros colegas “menos favorecidos”, bem como dificuldades financeiras. Viu então nos estudos, pautado também no apoio de seus pais, a possibilidade em mudar as condições de vida, passou a digitar trabalhos acadêmicos para conseguir custear os seus, e relata: “não desisti da universidade, porque busco uma vida melhor para a minha família e entendo que a educação é o único caminho. Além disso, tive ao meu lado os meus pais que me incentivaram a continuar” (p. 71). E conclui afirmando que, mesmo tendo sofrido algumas discriminações no início de sua acadêmica, sabe que no quesito econômico não se compara a outros estudantes, porém na questão cognitiva estão todos iguais, independente de sua classe social.

Outra história levantada é de Cecília Alves dos Santos, que aponta como questão importante o apoio da família no ingresso do jovem de origem popular na universidade, bem como o incentivo para sua continuação nos estudos, mesmo com as dificuldades encontradas. Quando abordada se em algum momento pensou em desistir da universidade, a mesma coloca.

Desisti foi coisa que nunca me passou pela cabeça. Passei por todas as dificuldades possíveis e imagináveis para chegar até aqui. Abri mão do aconchego e estabilidade do eu lar e da presença da minha família. Aventurei-me por diversas cidades, suportando as mais diversas situações para lutar pelo meu maior sonho que é fazer um curso superior. Agora que cheguei aqui, busco as melhores formas de usufruir de tudo que a universidade me oferece, sempre atenta a todos os cursos, matérias extracurriculares, eventos e oportunidades que aparecem. (p. 72)

E quanto aos seus incentivadores, aponta sua família e amigos, em especial sua irmã Aldimar que não mediu esforços, como coloca, para que continuasse seus estudos, apoiando e estando ao seu lado os momentos mais difíceis.

Em outro momento da oficina, quando abordado aos estudantes sobre os investimentos que o governo deveria realizar em suas comunidades, Rosângela Villa percebe que os bolsistas possuem conhecimento sobre suas necessidades próprias e as necessidades coletivas dos bairros onde vivem. As prioridades geraram em torno da saúde e educação. Outro ponto importante apontado por estes, é a importância do Governo em zelar pelo bem estar da população com a implementação de políticas públicas que atendas as necessidades básicas, como saúde, educação, moradia, alimentação.

Ao serem abordados sobre o Conexões de Saberes, Rosângela aponta alguns relatos sobre o que pensam os bolsistas, sendo eles:

Vanessa: “tem por finalidade estimular a integração entre as instituições universitárias e as comunidades populares, proporcionando, desta forma, a permuta de saberes, experiências e necessidades entre as duas partes”.

Danieli: “visa à democratização da educação superior para alunos oriundos de camada popular. Os jovens oriundos de camada popular que estudaram em escola pública, como nós, bolsistas do Conexões, podem acreditar que é possível o ingresso numa universidade pública de qualidade, pois somos o exemplo disso”.

Valéria: “A idéia principal do projeto é uma troca de saberes em que os bolsistas expõem suas experiências de acadêmicos e tentam incentivar, encorajar e apoiar os jovens da comunidade para que possam iniciar uma carreira acadêmica. [...] outro aspecto interessante do projeto é a democratização do ensino superior público, a fim de garantir não só o acesso de jovens de origem popular nos diversos cursos como manter sua permanência na universidade. A discussão desses pontos é extremamente significativa, haja vista que, apesar de a universidade ser pública, o

acesso desses jovens ainda é reduzido e quando isso acontece na se oferecem as condições necessárias para que ele consiga se formar, e alguns desistem por não disporem de recursos financeiros”.

Rogers: “Nosso ‘campo’ de trabalho no projeto Conexões é na comunidade do Bairro Cristo Redentor, por ser um bairro populoso, carente em vários setores e por abranger vários conjuntos comunitários. O governo até pode ter conhecimento dessas necessidades, mas, na maioria das vezes, não age, permanecendo indiferente a isso. Um dos objetivos do projeto, o mais importante no meu ponto de vista, é a preocupação com a educação. Nesse sentido, o Conexões opera no levantamento dessa problemática e tenta amenizá-la com o oferecimento do cursinho preparatório para o vestibular, a fim de estimular s jovens da comunidade a ingressarem na universidade”.

Com isso, podemos perceber que a dinâmica apresentada na forma deste livro demonstra várias percepções dos jovens, como sua trajetória até ingressarem na universidade, as dificuldades encontradas, assim como a política na qual estão inseridos. As histórias relatadas, apesar de suas singularidades, mostram elementos tão comuns entre elas como a realização de um sonho, que é o ingresso em uma universidade pública.

Dando prosseguimento, passamos então para a região sudeste e os memoriais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

#### 3.4. Região Sudeste – *Memorial* da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Nesta subseção serão abordados os memoriais da UFES, publicado em 2006, que inicia com a apresentação de Leonor Franco de Araújo, no que diz.

Essa minha caminhada ao Programa foi preparada pelos *conexistas*, que já estavam, há quase um ano, engajados ao Conexões. Minha luta pelas cotas para negros na UFES os levou a considerar que eu poderia ser uma resposta aos problemas enfrentados no início da jornada. Talvez, ate agora, eles não saibam o orgulho e a responsabilidade que tal confiança me trouxe. Entrei de cabeça, no dia 16 de maio de 2006, e tenho dito que “me encontrei”, finalmente dentro da Instituição. Até o advento do Conexões de Saberes, sempre

achei que meu trabalho era incompleto na UFES, que eu precisava dar mais em retorno às comunidades populares, que clamam por estar na universidade. (p. 11)

O primeiro memorial aqui levantado é de Fernanda da Silva de Freitas, estudante de Artes Plásticas e Visuais. Inicia seu relato com a memória do seu dia de matrícula e primeiro dia de aula na UFES. Aponta como uma das dificuldades encontradas ser a permanência no curso de artes plásticas devido o alto custo dos materiais e a falta de assistência da universidade para os alunos, principalmente de baixa renda. Relata ainda que teve que mudar-se diversas vezes entre o Rio de Janeiro e Vitória, devido ao relacionamento inconstante de seus pais, e com isso seu período colegial foi realizado em cinco escolas.

Teve apoio financeiro de sua tia, passou a estudar em uma escola particular, tendo em vista que a mesma se preocupava com o futuro dos estudos da sobrinha em escola pública e suas constates greves.

Aponta também que, após falecimento de seu pai aos doze anos, foi criada apenas por sua mãe, que era supervisora integral de seu colégio. Teve incentivo de sua mãe para prestar o vestibular, o que não foi passado com a mesma intensidade por sua escola, pois era mais técnica. Mais uma vez com apoio de familiares, fez cursinho pré-vestibular. Com a não aprovação no vestibular em 2001, no ano seguinte foi aprovada no Projeto Universidade Para Todos (PUPT), e sentiu grande incentivo pelo “clima” com os seus colegas, que era de amizade e ajuda mútua, não de competição. Sua dúvida era se tentaria mais uma vez para Desenho Industrial, que tinha em sua etapa do processo a prova discursiva em matemática, sendo esta sua dificuldade, ou Artes Plásticas, optando por este último na qual foi aprovada.

Relata que teve forte pressão familiar para abandonar o curso ou pensar e outro, visto que os custos para tal eram além das possibilidades financeiras de sua mãe. Fernanda recebia pensão deixada por seu pai, mas era insuficiente. Pôde contar com o apoio de colegas para continuar. Suas expectativas quanto ao Conexões são grandes, especialmente quanto ao trabalho com comunidade popular. Com isso, conclui (coloca-se na terceira pessoa): “O seu maior desejo é que ao se formar consiga trabalhar na área de Artes, situação que não é nada fácil, mas para quem já enfrentou outras dificuldades, não será essa que irá lhe desanimar. Ela tem fé que seu empenho ajudará nessa conquista” (p. 34).

Outro memorial é de Guilherme Augusto Silva Souza, estudante de Ciências Econômicas. Relata que sua trajetória escolar foi em escola pública, e por não se sentir preparado, não prestou o vestibular. Ao ser questionado por uma tia porque não prestar o vestibular, informa que não haveria possibilidade devido às dificuldades e não condição de seus pais bancarem um filho em outra cidade. Recebeu assim o convite desta tia para “tentar” o Vest-Ufes, e hospedagem em sua casa, caso fosse aprovado. Com isso, dividiu seu tempo entre o trabalho no supermercado e os estudos no período da noite em casa. Com a reprovação neste vestibular para Comunicação Social, optou então no segundo ano por um curso com menor concorrência e as aulas fossem em período noturno. Foi aprovado então na primeira etapa, porém como não acreditava em sua aprovação na segunda etapa, retorna para a casa da família em Minas, e lá recebe a informação de sua aprovação.

Ao ingressar na UFES, comenta que viveu tempos de emoção em poder dizer que era um estudante universitário: freqüentava palestras, eventos sediados pela universidade, as festas em comemoração a chegada de novos calouros. Porém se deparou com algumas dificuldades, na qual coloca “fui descobrindo que o porquê dizer que a Universidade não era para pobres”, sendo elas: a falta de material, e quantidade insuficiente de livros na biblioteca. Quanto a isto, destaca:

Acredito na possibilidade da construção antes de um mundo melhor, quem sabe através da revolução do proletariado, na transformação da sociedade num mundo verdadeiramente democrático, e também da Universidade que reproduz toda a lógica neoliberal de nossa sociedade. Tenho desilusões, ao mesmo tempo uma consciência de que tais problemas só ocorrem em virtude de práticas viciadas de um sistema excludente e que acaba sendo refletida e reproduzida em toda sua plenitude neste universo de saber no qual me encontro. (p.43)

E complementa:

Hoje participo do Programa Conexões de Saberes voltado para questões sociais, apesar de ter algumas críticas em relação à forma de como alguns programas são implementados transformando-se em assistencialista em meros distribuidores de “cestas básicas”, não trabalhando questões cruciais como a politização da sociedade. Tenho boas expectativas que este projeto seja diferente, buscando apoio não só da comunidade acadêmica, mas também de todos os movimentos sociais para a construção de novas formas de atuação na sociedade. (p. 44)

Por fim, conclui que esse processo conturbado na qual passara serviu para seu amadurecimento, para algumas “coisas” que não tinham explicação. Seu aprendizado, como relata, vem da convivência com tanta diversidade de idéias, na qual é composta a universidade.

Por último, o terceiro memorial apontado é de Mozer Alberto Pereira, estudante de Educação Física. Inicia sua trajetória com relatos de sua pré escola, no ano de 1990, estudando na Escola Octacílio Lomba (CNEC), e no ano seguinte muda-se de colégio na qual permanece até a 4ª série. Até concluir o ensino fundamental, passa por trocas de colégio, bem como de turnos, indo do vespertino para o matutino. Nesta época, já vislumbrava cursar a faculdade de Educação Física, espelhado em seu pai que gostava de esportes.

No ensino médio, tem em seus professores o incentivo em cursar uma faculdade. No terceiro ano, o colégio coloca para os estudantes a possibilidade de se inscrever no vestibular, mediante solicitação de isenção para inscrição do mesmo. Conseguiu com isto se inscrever e passar na primeira etapa, não obtendo o mesmo sucesso na segunda, já que não conseguiu apoio para se preparar. No ano seguinte, prepara-se para o vestibular junto com amigos de sua igreja, consegue novamente isenção na inscrição, passa na primeira etapa, porém na segunda etapa com as provas discursivas, não consegue sua aprovação.

Outro ano se inicia, e no mês de maio consegue através de um amigo, a trabalhar num escritório de advocacia, na qual pode se matricular em um pré-vestibular. Mesmo com incentivo dos colegas de trabalho para prestar o vestibular para Direito, inscreve-se em Educação Física, com o qual foi aprovado.

Com esses relatos, mesclados entre a esperança e alegria em entrar numa universidade pública, e a frustração nas dificuldades encontradas ao ingressar a tão sonhada universidade, nos mostra a realidade encontradas nesses espaços por estudantes universitários de origem popular nas universidades públicas, sendo estas compostas em suma pela elite brasileira, e pouco ocupadas pelas camadas populares. Com isto, passamos então para a última subseção, que tratará da região sul através do livro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

### 3.5. Região Sul – *Memorial* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Publicado no ano de 2009, o Livro *Caminhadas* da Universidade Federal de Santa Catarina foi o livro selecionado para compor esta subseção.

Na apresentação, os coordenadores Gilson Braviano e Eunice Sueli Nodari esboçaram uma síntese dos relatos de cada estudante. Colocam ainda que os estudantes participaram do curso de produção textual, e somado a desmistificação dos estereótipos e com os caminhos apontados para a produção de cada trajetória, evitando assim que os textos tivessem resultados artificiais, resultou na publicação deste livro. A oficina de produção textual teve início em julho de 2006, concluindo em abril de 2007, na qual a professora Ana Cristina Alves da Silva contempla os bolsistas com o seguinte soneto:

*Soneto aos alunos  
Tantos sonhos, tantas histórias  
Impactantes, abrilhantadas,  
Tão jovens a escrever suas memórias  
E marcando já suas caminhadas.*

*Aquele sofreu, aquela partiu,  
O outro foi e voltou,  
A menina aprendeu, o menino caiu,  
Cada um sorriu e chorou.*

*A pessoa que hoje ensina,  
Ouviu, admirou-se, respeitou  
Além da identificação, se fascina.*

*Mas acima de tudo, às minhas origens voltei  
Pelas obras dos mais jovens  
Aprendi muito mais do que ensinei.  
(Ana Cristina – 11/05/07; p. 15)*

O primeiro memorial aqui apontado é de Adriana Camargo Martendal, estudante de Serviço Social, intitulado *Tente outra vez*. Adriana inicia seu relato informando que é de Curitiba, e a lembrança mais antiga que tem de sua vida é uma viagem que fez de sua cidade natal até Porto Alegre. Está viagem é decorrente do falecimento de sua mãe, que havia saído do Paraná e ido para o Rio Grande do Sul trabalhar, acaba engravidando, sendo despedida e retornando para Curitiba. Tendo conseqüentemente ido residir com sua tia, e a mesma sem condições de criá-la, a entrega para os cuidados de outra família. Tempo depois, ao saber do falecimento de sua mãe, seu pai vai buscá-la para residir com o mesmo e seus pais em Porto Alegre quando Adriana estava com cinco ou seis anos. Já no Rio Grande do Sul relata que, no período em que estava passando para a segunda série, sua tia foi aprovada no concurso da FATMA (Fundação de Amparo e

Tecnologia e ao Meio Ambiente) em Florianópolis, e com isso mudaram-se para a referida cidade, exceto seu pai e a família que o mesmo constituiu.

Já na quarta série, com alguns problemas de saúde de seu avô, Adriana retorna para Porto Alegre, residindo assim por um tempo com seu pai e passa a estudar em um colégio que ficava na zona rural, na qual realizava o percurso casa-escola com longas caminhadas. Já no ensino médio presta a prova de seleção para a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (atual Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC), na qual é aprovada. Devido algumas dificuldades com determinadas disciplinas, conclui o segundo e terceiro ano no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Casou-se, e por não conseguir concluir o curso magistério, abandona-o faltando apenas um mês para sua conclusão, por não ter conseguido realizar o estágio obrigatório. Com o auxílio financeiro de sua tia, consegue prestar o vestibular para Biologia, sendo então aprovada, que após constatação de não se identificar-se com o mesmo, abandona no primeiro semestre. Seu esposo também acaba abandonando seu curso superior, e com isso o casal inaugura uma empresa de representações, levando-os a residir em Blumenau, permanecendo por cinco anos. Neste período teve dois filhos, sendo que seu segundo filho, após sofrimento no parto, ficou com seqüelas motoras, cognitivas, e isto fez com que seu sonho de ingressar na universidade fosse “ganhando forma”. Em decorrência do nascimento de uma criança especial, e buscando apoio da família, mudam-se para Florianópolis. Passam então seis anos em instituições que atendem crianças com deficiência, buscando tecnologias que proporcionassem melhor qualidade de vida para seu filho.

Nas instituições era atendida por assistentes sociais, e por adquirir conhecimento sobre leis e direitos que contemplassem as pessoas com deficiência, e percebendo que alguns pais desconheciam essas informações, e com isso, inscreve-se para o vestibular em Serviço Social na UFSC.

Resolvi então prestar vestibular para Serviço Social no ano de 2002. Consegui isenção da taxa de inscrição e, na correria do dia-a-dia, não consegui estudar. Mesmo assim, no dia marcado compareci, fiz a prova com tranquilidade, pois não havia estudado, então se não passasse só estará afirmando o que esperava de mim. Para minha surpresa, no dia do resultado uma amiga me ligou dizendo que meu nome estava na listagem e que eu havia sido aprovada. Minha euforia foi muito grande, me senti novamente com 19 anos, como quando passei no meu primeiro vestibular. (p. 19)

E aponta:

Desta vez, porém, apesar da minha idade, hoje estou com 36 anos, me senti totalmente aceita pelos meus colegas e o campus não me assusta mais como antigamente. Minha turma já está se formando, porém, eu, devido a minha vida ser um pouco mais complicada estou fazendo mais devagar, mas tenho certeza que terminarei o curso e quero trabalhar com pessoas com deficiência e pretendo fazer a diferença para estas pessoas, assim como um da uma assistente social fez a diferença para mim. Fez-me ver o que eu não devo ser, que caminho eu não devo seguir e por isto eu serei eternamente grata a ela e por motivos óbvios não citarei seu nome. (p. 20)

Quanto ao Conexões de Saberes, explana que este lhe mostrou que não existe distinção entre os jovens. Lembra que queria fazer a diferença e mudar algumas realidades, mas recorda que tem muito a aprender, bem como a oferecer, e esta troca de saberes é o que enriquece o aprendizado de todos.

Outro memorial é de Fernando do Espírito Santo, estudante de Educação Física, intitulado *Minha história estudantil...*, na qual inicia informando que descende de uma família de pescadores, e tiravam desta atividade suas conquistas materiais com muito trabalho, esforço e muitas vezes pouco retorno.

Superamos tudo que nos opunha. Foi assim, nessas condições, que a música e o esporte entram na minha vida. Mesmo sem condições necessárias, consegui aprender a tocar violino realizando sonho e partir para a conquista de ouro: entrar numa universidade pública. A nossa união familiar, a perseverança, o bom humor, o modo como encaramos a vida e as dificuldades apresentadas, todo esse positivismo mesmo em momentos trágicos nos ajudou na conquista dos nossos sonhos. (p. 51)

Ele então fazia parte da terceira geração de pescadores, porém decidiu seguir outra vida, fora do mar, passando então a dedicar mais aos estudos. Começou a ter contato com a música através da igreja, ganhou um violino e passou a ter aulas gratuitas. Nesse período intensifica mais sua atividade física: passou a correr mais, nadar, e assim encontrou-se na carreira que queria seguir - Educação Física.

Mudou-se para Florianópolis, planejou sua vinda, com quem residiria e a trajetória para o vestibular, de forma a obter êxito para ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi

aprovado no vestibular, e segui em sua luta, desta vez pela permanência. Encontrou ainda outras dificuldades, como a constatação da diferença do seu perfil e de seus colegas de curso.

Sua experiência no Programa Conexões de Saberes foi excelente, na qual levara o aprendizado adquirido para sua vida. Ao contrário do que acontecera em seu curso, se identifica com os outros bolsistas, apesar de terem o modo de pensar e agir semelhantes e divergirem em muitos pontos. Quanto a esta colocação, informa: “Ainda assim, foi gratificante participar do programa e ter contato com outros estudantes de origem popular conhecendo a visão dos mesmos do que é o programa e como tais compreendem sua própria realidade” (p.52).

Apesar de em seu relato falar sobre sua família e a tradição na pesca, o mesmo não mencionou seu município de origem. Outros elementos são importantes e destacados, como sua visão de futuro, buscando na educação superior meios de mudar sua trajetória, saindo da pesca e buscando o ingresso em uma universidade pública.

Para finalizar, o terceiro memorial apresentado é de Fernanda Peres, estudante de Psicologia, intitulado *Minha origem...*. Inicia seu relato com a reflexão do termo “origem popular”, e com isso busca uma retrospectiva de sua origem. Informa que até ingressar no Programa pouco tinha pensado a respeito, na qual coloca que “sempre tive orgulho em dizer que eu era da família Peres e Martins, pois em Biguaçu, nossa Grande família sempre foi admirada por sua honestidade e participação na igreja” (p. 45). Com isso, brevemente coloca uma das características de sua família, sendo esta numerosa, e com poucos conflitos.

Relata à história de seu avô paterno, marceneiro, ausentava-se com frequência de sua residência trabalhando em construções, e assim sua avó permanecia com seus 15 filhos, destes quatro faleceram. Coloca ainda que para ajudar no orçamento doméstico seus tios começaram a trabalhar muito cedo, não conseguindo com isto frequentar a escola, já que não tinham cadernos e sapatos. O pai de Fernanda sempre com grande vontade de estudar, muitas vezes ia para o colégio com sapatos diferentes, de forma que chegasse a seu destino. Este foi o único dos filhos homens a seguir com os estudos, mas para isso, trabalhava durante o dia roçando pastos, trabalhava na casa do pai e na igreja, para poder à noite estudar no curso técnico de contabilidade. Com o dinheiro que recebia custeava o transporte.

Ao traçar a história de sua família materna, relembra que sua avó trabalhava como professora primária, e seu avô em construções em Florianópolis. Recorda que o mesmo realizava

o trajeto Biguaçu - Florianópolis (40 km) de bicicleta, onde sofreu um acidente que o deixou muito doente.

Quanto a sua história, relata que seu nome foi escolhido, pois seu pai queria um nome que combinasse com a palavra Doutora, já que seu desejo era que sua filha entrasse na universidade. Com sua demora na fala (passou a falar bem com 07 anos de idade), após acidente (conta que um raio atingiu a janela de seu quarto, atingindo-a também), e após tratamento, inicia sua vida escolar, com alguns desafios.

No período da adolescência, devido algumas “crises existenciais” abandona os estudos no segundo ano do ensino médio, o que causa grande tristeza e decepção para seus pais, tendo em vista que a mesma sempre ganhou diplomas, devido suas notas e bom desempenho nos estudos. Já no ano seguinte, retorna para o colégio, já decidida ao que faria no vestibular: Psicologia.

Prestou vestibular dois anos para a Universidade Federal de Santa Catarina, mas sem sucesso. Com isso, e com apoio de seus pais, inicia em uma faculdade particular, na qual após muito esforço, recebe prêmio em dinheiro como melhor aluna. Ao ser informada por sua amiga sobre a transferência para a UFSC, tendo em vista suas boas notas, e ter conhecimento do edital, busca então o seu sonho de entrar na universidade federal, apesar de ser pouco motivada pela secretária de seu curso, das dificuldades devido à grande concorrência que gera a transferência. No dia do resultado, ligou para saber do mesmo, já que não teve coragem de verificar pessoalmente. Foi informada que obteve uma das médias mais altas, foi aprovada e em primeiro lugar. Informa que a primeira pessoa na qual informou foi para seu pai, que ficou assim como ela paralisado ao receber a notícia, passando horas no banheiro da empresa chorando de felicidade.

Apesar de ser seu sonho ingressar na universidade federal, seus temores apareceram com grande força. Relata que tinha medo em ir à biblioteca, dificuldade em inserir-se em um novo grupo. Achava que não tinha capacidade de escrever artigos científicos, pesquisas científicas. Até a quinta fase, sua rotina era casa-universidade/universidade-casa, não aproveitando o “MUNDO de oportunidades que a universidade oferece”. Comenta que encontrava-se desanimada consigo mesma, com o curso, o trajeto que fazia até a UFSC, com as dificuldades em adaptação em seu casamento e dificuldades financeiras.

No começo de 2006, num dia de chuva e à procura de meu guarda chuva, fui à secretaria do CFH onde vi o cartaz sobre o oferecimento de 25 bolsas de extensão. Não sabia o que era extensão, mas o valor da bolsa me interessou e fui

fazer a inscrição, num primeiro momento apenas pela bolsa. Mas a surpresa que eu tive foi muito grande, além de ser um programa muito amplo, ele me dava a oportunidade de trabalhar na minha área. (p. 49)

Com isso, ingressa no Conexões de Saberes, e com sua identificação com o mesmo, transcreve aqui uma parte da resposta que escreveu ao grupo, após ser publicado em um jornal local o que havia escrito sobre sua opinião quanto à grandiosidade que via do Programa:

Quero dizer que reafirmo o que está lá escrito, pois no começo eu tinha ingressado no programa por causa da bolsa e que depois que eu vi a grandiosidade deste projeto... grandiosidade porque é a primeira neste país que está sendo discutida a entrada e permanência de estudantes de origem popular dentro da universidade através de um programa: grandiosidade porque foi através deste programa que eu conheci realmente a UFSC, nem a PRAE eu sabia que existia (me desculpem a minha ignorância); grandiosidade porque foi através deste programa que eu entendi a verdadeira essência do tripé: ensino, pesquisa e extensão; grandiosidade porque este programa proporciona o que tanto a universidade preza que é a interdisciplinaridade, apesar de que ainda não tenhamos colocado em prática. Mas só pelo fato de estarmos juntos de diferentes cursos e dialogarmos... acredito já ser o caminho. E por fim grandiosidade por ter conhecido este grupo com tanta diversidade, e por esse motivo tão rico, no qual eu aprendo todo dia, seja nas novas amizades, seja nas reuniões e encontros, seja nas discussões! Nossa não vou mais falar o que está representando este projeto para mim... talvez eu seja otimista demais e veja só o lado bom das coisas... mas eu prefiro o otimismo na prática do que o pessimismo na razão, como já diria algum filósofo que eu não sei mais o nome! Enfim, acho que consegui explicar o que grandioso significa pra mim.

Após sua entrada no programa, afirma que algumas mudanças se passaram com ela, como o prazer em ir para a universidade, e a grandiosidade nas pequenas coisas, como por exemplo, o cafezinho na sala do Conexões, ou a espera nas tarde para a aula da noite, e o gosto pelas conversas, estudos, discussões e risadas que ocorrem nesse meio. Fernanda é a primeira de sua família numerosa a ingressar em uma universidade pública, e sua meta é incentivar os seus quase quarenta primos e outros familiares a ingressarem também em uma universidade pública.

Com isto encerram os relatos/memoriais apontados nesta terceira seção, demonstrando a grandiosidade de cada história, com tantos elementos comuns, visto a proximidade social na qual cada bolsista/ estudante de origem popular está inserido. Tantas histórias comuns com suas especificações culturais, religiosas.

Histórias que se encontram a partir de um Programa que foi realizado em âmbito nacional, proporcionando principalmente a troca de saberes entre os seus atores principais, no caso os estudantes de origem popular.

Com isso, podemos destacar os elementos que comumente encontrados nos relatos abordados, sendo eles:

- Movimento migratório familiar ou individual buscando melhores condições de ensino;
- Educação como meio de ascensão social;
- Apoio familiar para a permanência no ensino, em especial no ensino superior;
- Primeira pessoa da família a ingressar no curso superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resume toda a vivência percorrida no campo do Programa Conexões de Saberes, possibilitando uma maior compreensão da dimensão na qual o Programa está inserido. Compreender e dar visibilidade para uma política de Ação Afirmativa foi uma das propostas desta pesquisa, visando com isso o princípio de igualdade para todos.

A educação no nível superior, apesar de ter surgido para contemplar a elite brasileira, busca (através de uma política), identificar que uma Ação Afirmativa torna-se política social de Estado, de forma a garantir que todos, independentemente da sua cor, gênero, ou condição socioeconômica, tenham acesso à educação.

Sendo dever do Estado garantir a Educação como direito dos cidadãos, optou-se então neste trabalho levantar o histórico do Programa Conexões de Saberes, e com isso apontar que as ações voltadas para os Estudantes de Origem Popular, visando seu acesso e permanência nas universidades, são mecanismos que encontram-se na função social das instituições, possibilitando tornar-se uma política social de Estado.

A educação pública no Brasil é pouco almejada pela população com maior poder aquisitivo no país, porém ao se tratar do ensino superior, sempre foi maciçamente ocupada por estes. Esta inversão faz com que a população brasileira, oriunda de outras classes subalternizadas e com seu ensino de base em instituições públicas, ao se deparar com o ensino superior (quando chegam nesta etapa) pouco ocupam as vagas em instituições públicas de ensino superior, ou passam a compor as cadeiras das instituições privadas, tendo muitas vezes que exercer atividade laboral com remuneração voltada para o custeio do seu ensino.

Para tanto, os movimentos sociais historicamente lutam de forma a diminuir esta desigualdade encontrada na realidade da população brasileira, de ter um de seus direitos constitucionalmente garantido, sendo ele a educação pública e de qualidade em todas as esferas.

O princípio da universalidade que norteia o direito a educação, aparece como uma ação afirmativa, na qual o Programa está fundamentado. As IFES aparecem com certa autonomia na gestão do Programa, quanto à seleção dos estudantes e na implementação de projetos locais, respeitando as diretrizes nacionais, porém considerando as particularidades regionais e institucionais, na qual está vinculado.

O PCS não é a única alternativa para democratização nas IFES, porém existe nesse espaço a necessidade de uma democratização, de forma que os estudantes possam ter acesso aos níveis de ensino, de todas as classes sociais.

Este trabalho buscou apontar o contexto histórico do Programa Conexões de Saberes, como o mesmo está inserido nas Instituições de Ensino Superior, os atores que o compõe.

As lutas do Movimento Social Negro no Brasil foram decisivas para a criação e implementação de mecanismos que garantissem melhores condições para uma população que, historicamente, teve seus direitos básicos, sua história negada neste país, pautando assim na Carta Magna, dispondo que a Educação é Direito de Todos e Dever do Estado, com isso o mesmo deve garantir, assim como está generalizado neste documento, acesso a todas as instâncias de ensino da população brasileira.

A permanência é outra fonte de preocupação, pois é necessária a garantia de mecanismos mínimos, de forma a contemplar uma educação de qualidade, e que o estudante possa concluir essa etapa.

O PCS é uma política de estado que surge através do movimento da sociedade civil, na representação do Observatório de Favelas, possibilitando assim sua ampliação quando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade se aproxima do projeto, então intitulado Rede de Universitários de Universidades Populares.

Já quanto aos relatos extraídos da coleção Grandes Temas, estes trouxeram elementos nas quais podemos elencar:

- A migração familiar aparece como estratégia de mudança da condição familiar, ou dos jovens que trouxeram seus relatos de vida, de forma que as famílias mudaram-se de seus lares, devido a escola que não oferece melhores condições quanto outras, ou as séries na qual alcança não contempla nossos atores.

- A educação aparece como instrumento de ascensão social, na qual alguns bolsistas relatam que seus pais buscavam melhores condições na educação, de forma que continuassem nos estudos e que pudessem ter melhores condições de trabalho.

- Grande parte dos relatos pesquisados traz o histórico de estudantes que, nas suas próprias famílias foram os primeiros a ingressarem em uma universidade pública.

- Em seus memoriais poucos estudantes fazem menção ao Programa Conexões de Saberes ou políticas de Ações Afirmativas, o que nos leva a reflexão de que: existe alguma relação entre

os mesmos e a política? De que se identificam com um programa, enquanto Ação Afirmativa com foco na permanência? Ou quanto a Política de Ação Afirmativa vigora nestas universidades e se existem nas mesmas?

O Programa Conexões de Saberes no espaço das IFES não apresenta apenas ganhos. Sua invisibilidade nas universidades já demonstra certa negatividade vivenciada pelo mesmo. Conforme estabelecido nacionalmente pela SECAD, as ações voltadas para a comunidade que estava aos arredores da universidade também não foram totalmente recebidas, haja vista que sua conclusão passa a ser pouco tempo após sua implementação, conforme consta nos relatórios do Programa.

Outro ponto negativo que vale aqui ressaltar é a forma como as Ações Afirmativas são marginalizadas dentro das universidades, como o caso da grande discriminação que midiaticamente sofrem essas políticas ou os atores que fazem parte da mesma, o que é ampliado quando se trata da população negra.

Por fim, concluímos que o Programa Conexões de Saberes é uma política inclusiva, assim como demonstrados em alguns relatos da coleção Caminhadas, de forma que o mesmo pôde proporcionar aos estudantes um espaço de convívio com outros estudantes, reconhecimento de a identidade enquanto sujeito de origem popular, bem como a permanência no ensino superior.

## REFERÊNCIAS:

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2011. 182 p.

ATTIANEZI, Margareth et al. **Programa Rede Universitários de Espaços Populares - Rued Niterói e São Gonçalo**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004 .  
<<http://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos48.pdf>>.

BAÍA, Daylane Correa Panjola et al. **Caminhadas de universitários de origem popular: UFPA: Coleção Caminhadas de universitários de origem popular**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-reitoria de Extensão, 2006. 224 p.

BRASIL, **Termo de Referência do Programa Conexões de Saberes**, SECAD/MEC. Brasília, 2007

\_\_\_\_\_, MEC/SESu, **Edital nº 9, PET/2010**. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12223&ativo=481&Itemid=480](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12223&ativo=481&Itemid=480) acesso em 07/11/2011.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal. 1988.

BRANDÃO, Bruno César Moura. **Constitucionalidade das políticas de ações afirmativas em favor dos afrodescendentes**. In: BRITO, Ângela Mª Benedita B. et al. (Orgs.). Kulé Kulé – Educação e Identidade Negra. Maceió: EDUFAL, 2004, p. 58-74. Pesquisado em [www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/bruno%20cesar%20moura.pdf](http://www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/bruno%20cesar%20moura.pdf),

DA SILVA, Alexandre Francisco. **Caminhadas de Universitários de Origem Popular**: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, 2006. 88 p.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 14 set. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, dez. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 set. 2011.

FERREIRA, Adson da Silva Gomes. **Caminhadas de Universitários de Origem Popular:** Universidade Federal de Pernambuco. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, 2006. 88 p.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas.** In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra desigualdades raciais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15 - 58.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social.** A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro** In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.45-80.

JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário. **Raça e educação: os limites das políticas universalistas.** In: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e o Combate ao Racismo nas Américas: coleção Educação para Todos.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 103-140.

JESUS, Eliana Claudino de et al. **Caminhadas de Universitários de Origem Popular:** Universidade Federal de Espírito Santo. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, 2006. 96 p.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. **Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação.** In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 211-228.

MADEIRA, Elieser Barros. **As condições de permanência dos estudantes de origem popular na Universidade Federal do Maranhão.** In: BARBOSA, Jorge Luiz et al. **Condições de permanência de estudantes de Origem Popular no espaço acadêmico: Coleção Grandes Temas.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 79-88

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação, São Paulo, n.117, p. 197-217, nov. 2002.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil.**In. SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). A Educação Superior no Brasil. Brasília: Capes, 2002. p. 43-42.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Introdução. In. SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 15-18.

RAMOS, Emanoela Gonçalves et al. **Políticas afirmativas: os desafios para a educação.** In: BARBOSA, Jorge Luiz et al. Condições de permanência de estudantes de Origem Popular no espaço acadêmico: Coleção Grandes Temas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 175-179.

SANTOS, Boaventura de Souza, **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e Emancipatória Universidade.** São Paulo; Cortez, 2004.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação (Educação para todos ), 2005. 397p.

SACAVINO, Susana. **Direitos Humanos à educação no Brasil: uma conquista para todos/as?** João Pessoa: Universitária, 2007. 457-469 p. In. SILVEIRA, Rosa Maria Godoi et al. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Universitária, 2007. 513 p.

SELL, Sandro Cesar. **Ação Afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SOUZA, Ana Inês; BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e (Org.). **Caminhadas de Universitários de Origem Popular:** Universidade Federal de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, 2009. 96 p.

SOUZA, Antônio Adriano Batista Alves de et al. **Ações da extensão e políticas sociais na Universidade Federal do Ceará.** Rio de Janeiro: Pró-reitoria de Extensão/UFRJ, 2010. 63-72 p.

TEIXEIRA, Cristiane Lourenço, **Políticas Públicas, Relações Raciais e Educação: Reflexões sobre a implantação das políticas de ações afirmativas no Estado Brasileiro.** CSOnline, Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano 2, Volume 4, Agosto de 2002. Disponível em <http://www.editoraufjf.com.br> acesso 24/06/2011.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações.** In. SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.313-342.

SACAVINO, Susana. **Direitos Humanos à educação no Brasil: uma conquista para todos/as?** João Pessoa: Universitária, 2007. 457-469 p.

SANTOS, Sales Augusto Dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas:** (Coleção Educação para Todos). Brasília: Ministério da Educação, 2005. 400 p.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **O acesso à educação superior e sua cobertura demográfica.** In. SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A Educação Superior no Brasil.** Brasília: Capes, 2002. p. 107-120.

SOUZA, Antônio Adriano Batista Alves de et al. **Ações da extensão e políticas sociais na Universidade Federal do Ceará.** Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2010. 63-72 p.

